

DEMOCRACIA LETAL

VIOÊNCIA POLÍTICA LETAL NO BRASIL

Angela Alonso | Viviane Brito de Souza | Patricia Jimenez Rezende

José Alexandre Oliveira | Paulo Castro

JANEIRO DE 2026

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Paulo Markun e à Arapy Productions pelo financiamento inicial e à Global Initiative Against Transnational Organized Crime pelo financiamento principal, que tornaram esta pesquisa possível. Os autores também agradecem a Elizabeth Arruda pelo design visual e a Rafaela Pannain, Guilherme Olímpio, Samaérika Souza, Clarissa Lima e Daniel Ferreira por suas contribuições para a pesquisa e para a elaboração do relatório.

SOBRE OS AUTORES

Angela Alonso é professora titular da Universidade de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Instituições Políticas e Movimentos Sociais (NIPOMS) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Viviane Brito de Souza possui mestrado em sociologia pela Universidade de São Paulo e é pesquisadora do NIPOMS/Cebap.

Patricia Jimenez Rezende é doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do NIPOMS/Cebap.

José Alexandre Oliveira é um estudante de graduação em Ciências Moleculares na Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no NIPOMS/Cebap.

Paulo Castro é mestrando em sociologia pela Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no NIPOMS/Cebap.

© 2026 Global Initiative Against Transnational Organized Crime.
Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem a permissão por escrito da Global Initiative.

Cobrir: © Sergio Lima/AFP via Getty Images

Favor encaminhar suas dúvidas para:
Global Initiative Against Transnational Organized Crime
Avenida de França 23
Genebra, CH-1202
Suíça
www.globalinitiative.net

SUMÁRIO

Resumo executivo	1
Metodologia.....	2
Principais achados.....	3
Tendências da violência política letal no Brasil.....	4
A geografia da violência política letal.....	4
Locais e arenas.....	7
Métodos de execução e perfis dos perpetradores.....	11
Dados demográficos da violência política letal	13
Por que e quando os conflitos políticos se tornam mortais?.....	19
Conclusões e recomendações	28
Política, proteção e regulamentação.....	30
Notas	31



RESUMO

Na noite de 14 de março de 2018, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, saía de um evento político quando foi atingida por quatro tiros na cabeça.¹ Anderson Gomes, seu motorista, foi fatalmente baleado três vezes nas costas, enquanto Fernanda Chaves, sua assistente, escapou com vida.² Embora o caso tenha recebido cobertura da mídia internacional, não foi um evento excepcional, mas sim parte de um fenômeno mundial: a resolução de conflitos políticos por meio da execução de adversários.

As democracias enfrentam desafios crescentes, incluindo a ascensão de governos que não aderem às normas institucionais, a polarização política e a infiltração do crime organizado na política. O aumento da violência política letal também é uma dessas ameaças, mas, apesar de sua importância, tem sido pouco estudada. A maioria das pesquisas tem focado em casos de grande repercussão em vez de padrões sistemáticos. Contudo, os assassinatos políticos representam uma das ameaças mais graves à governança democrática em todo o mundo e investigar esses padrões é essencial.

O Brasil é um estudo de caso fundamental para uma análise mais aprofundada desse fenômeno. O país tem um longo histórico de violência política. Entre o golpe de Estado de 1889, que pôs fim ao império e instaurou a república, e o golpe de 1964, que precipitou uma ditadura militar, pelo menos 20 conflitos políticos foram resolvidos por meio da morte de opositores.³ As duas décadas de ditadura que se seguiram (1964–1985) mantiveram esse método de resolução de disputas políticas.

Desde a queda do regime autoritário em 1985, o Brasil consolidou instituições democráticas formais, realizou eleições regulares e promoveu transições pacíficas de poder entre partidos rivais. No entanto, a estabilidade institucional coexistiu com a violência política: desde 2017, três ex-presidentes foram presos, um sofreu impeachment e houve uma tentativa de golpe. Esses acontecimentos fazem parte de uma configuração social que impulsiona a preferência por soluções violentas para conflitos políticos. Não obstante, o Brasil carece de estatísticas rigorosas e consolidadas sobre assassinatos políticos.

Este estudo fornece o primeiro levantamento longitudinal nacional sobre violência política letal no Brasil, abrangendo atores políticos institucionais (políticos) e não institucionais (ativistas) durante duas décadas de intenso conflito político. Foram levantados 1.228 casos de violência política letal: 760 assassinatos, 358 tentativas de assassinato e 110 ameaças de morte⁴, abarcando seis governos – tanto de esquerda quanto de direita – desde a posse do primeiro presidente de orientação à esquerda após o fim da ditadura, em 2003, até a tentativa de golpe da extrema-direita em 8 de janeiro de 2023. Isso representa uma média anual de 61,4 casos, ou cerca de 5,1 por mês, uma taxa extraordinariamente alta para uma democracia consolidada.⁵

Esta pesquisa contribui de duas maneiras para a compreensão da violência política letal no Brasil. Analiticamente, revela padrões de distribuição regional, estilos de perpetração, perfis das vítimas e os locais mais comuns de execução. Também destaca temas-chave os contextos da violência política letal, principalmente a orientação dos governos. Politicamente, demonstra que a violência política letal tornou-se alarmantemente rotineira no Brasil, uma situação que exige uma resposta política urgente. A conclusão aborda as implicações para a democracia brasileira e oferece recomendações políticas.

Metodologia

Este estudo baseia-se em três pressupostos metodológicos. Primeiro, inclui atores institucionais (políticos) e não institucionais (ativistas) como atores políticos, indo além da literatura existente.⁶ A pesquisa oferece uma análise abrangente sobre assassinatos políticos no Brasil, incluindo políticos e ativistas em âmbito nacional.

Em segundo lugar, para evitar a categoria ampla de “violência política”, este estudo adota uma noção mais específica, “violência política letal”, que se refere a qualquer assassinato consumado, tentativa, ou ameaça de morte crível, contra políticos (incluindo candidatos, titulares de cargos e ocupantes recentes de cargos) ou ativistas envolvidos em disputas sobre cargos políticos, recursos ou oportunidades geridas pelo Estado. Esta definição abrange três categorias analíticas, que se tornam cada vez mais exclusivas. Essas categorias não são intercambiáveis e serão usadas ao longo do relatório para especificar os dados considerados em cada etapa da análise.

- “Violência política letal” é a categoria mais ampla e se refere a todos os assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte motivados por razões políticas.
- “Letalidade política” é uma categoria intermediária, que se refere apenas a assassinatos e tentativas de assassinato. Esta é uma categoria mais restrita, que exclui ameaças, pois estas são relatadas de forma inconsistente entre regiões e tipos de vítimas e nem todas as ameaças críveis resultam em tentativas reais.
- “Assassinato político” é a categoria mais restrita, correspondendo apenas a homicídios consumados (excluindo ameaças e tentativas frustradas).

Em terceiro lugar, este relatório emprega uma metodologia adaptada da Análise de Eventos de Protesto (AEP) para identificar e codificar sistematicamente eventos de violência política letal a partir de fontes jornalísticas. As principais fontes de dados são dois importantes veículos de comunicação brasileiros do grupo Globo, selecionados por sua ampla cobertura nacional: a plataforma digital G1 (2010–2023) e o jornal impresso digitalizado O Globo (2003–2013).⁷ Apesar das limitações inerentes à análise de eventos baseada em jornais, diversos fatores corroboram a confiabilidade das conclusões. A consistência dos padrões geográficos e temporais em variáveis independentes (tipo de vítima, tema do conflito, método, localização) sugere que erros de mensuração não enviesam substancialmente os principais achados. A alta concentração de casos em regiões fronteiriças conhecidas por conflitos fundiários (regiões Norte e Centro-Oeste) está em consonância com o que ONGs e movimentos sociais frequentemente relatam.

Principais achados

- Nas duas décadas entre 2003 e 2023, os políticos enfrentaram um risco maior de violência política letal (63,1% dos casos) do que os ativistas (35,7%), contradizendo a suposição de que os cargos institucionais oferecem algum tipo de proteção. Entre ocupantes de cargos públicos, candidatos e ex-funcionários recentes, 470 foram mortos e 305 sofreram ameaças ou tentativas de assassinato.
- Os líderes políticos foram alvos desproporcionais (61,9% dos assassinatos), mas outros atores políticos também enfrentaram riscos consideráveis (36,3%). Políticos locais (94,4%) estavam mais vulneráveis do que autoridades estaduais ou federais.
- Os homens representaram 74% das vítimas de violência política letal, o que reflete o fato de que a maioria dos políticos brasileiros é do sexo masculino.
- A taxa de violência política letal por milhão de eleitores foi cinco vezes maior na região Norte do que na região Sul. Roraima, Mato Grosso do Sul e Pará foram os estados mais letais para ativistas. Alagoas foi o estado mais letal para políticos.
- As áreas urbanas representaram a maioria dos casos (63,1%), mas os ativistas foram predominantemente mortos em áreas rurais ou florestais (72%) e os políticos nas cidades (83,4%).
- Mais da metade (54%) dos assassinatos ocorreram em espaços públicos visíveis, como ruas e estradas.
- Em 87,5% dos casos foram utilizadas armas de fogo, o que indica execução profissional em vez de crimes passionais. Isso sugere a existência de um mercado consolidado para serviços de assassinato político.
- Dois tipos de conflito predominaram: disputas políticas institucionais (399 casos) e conflitos de propriedade de terra (393 casos). Os conflitos de terra afetam principalmente ativistas; os conflitos institucionais afetam principalmente políticos.
- Os anos de eleições municipais foram associados a taxas elevadas de assassinatos de políticos, enquanto os anos de eleições federais parecem ter tido consequências maiores para os ativistas.
- As crises políticas (2013–2016) coincidiram com o aumento da letalidade, sugerindo que a ruptura institucional possibilita a resolução violenta de conflitos políticos.
- Governos federais de direita (2016–2022) registraram 56,1 assassinatos por ano, em comparação com 25,9 por ano sob governos federais de esquerda (2003–2016, 2023).



TENDÊNCIAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA LETAL NO BRASIL

Este relatório analisa os padrões e a dinâmica da violência política letal no Brasil, separando o fenômeno em cinco dimensões. Primeiro, considera sua distribuição geográfica, destacando quais regiões e estados são mais afetados por assassinatos políticos. Segundo, considera os locais e arenas onde a violência ocorre, incluindo áreas urbanas e rurais, e espaços públicos e privados. Terceiro, examina os métodos de execução, sublinhando a natureza profissionalizada dos assassinatos políticos. Quarto, analisa os perfis das vítimas para identificar quais categorias de atores políticos enfrentam o maior risco. Por fim, o relatório aborda os motivos e a cronologia por trás da escalada letal, examinando temas de conflito e padrões temporais em diferentes governos.

Em conjunto, essas análises proporcionam uma compreensão abrangente de onde, como e por que a violência política letal se manifesta no país.

A geografia da violência política letal

Os assassinatos políticos não estão distribuídos igualmente por todo o país. O Brasil abrange um vasto território e diversas realidades sociodemográficas, econômicas e políticas. Além disso, os estados variam drasticamente em densidade populacional, desde populações esparsas distribuídas por extensos territórios (Amazonas) até grandes populações em áreas relativamente pequenas (Rio de Janeiro). Consequentemente, os números absolutos de assassinatos políticos em cada estado têm valor analítico limitado.

Neste estudo optou-se por controlar os dados estaduais a partir do eleitorado local. Considerou-se como população politicamente ativa todos os cidadãos com 16 anos ou mais, isto é, os elegíveis para a atividade política de votar ou ocupar cargos públicos, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral.⁸ Tomou-se o número médio de eleitores ao longo do período estudado porque a variação foi mínima ao longo das duas décadas. As taxas foram calculadas por milhão de eleitores.

Os dados revelam uma acentuada desigualdade na distribuição geográfica da violência política letal e entre regiões, estados e municípios do Brasil.⁹

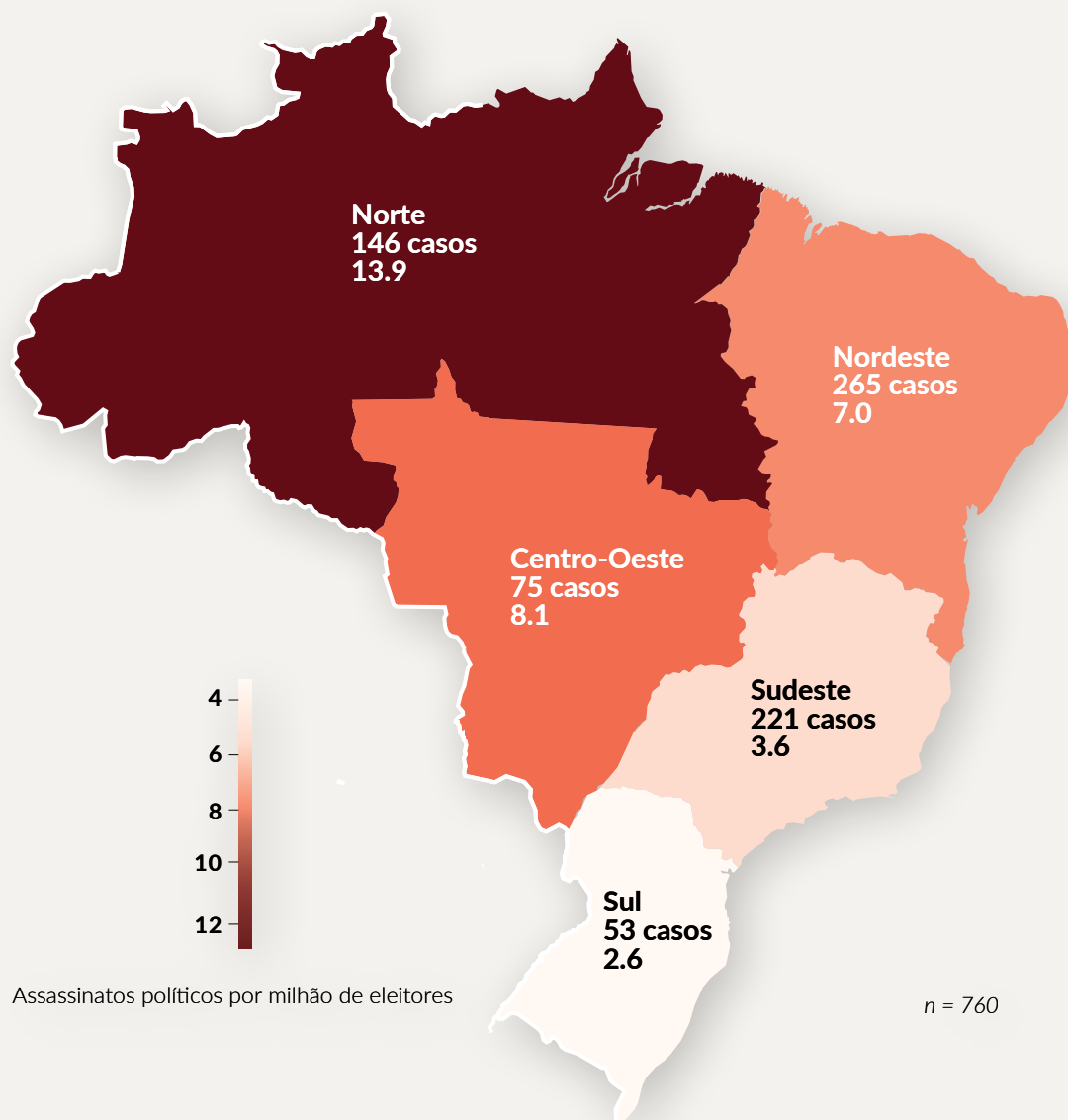


FIGURA 1 Distribuição nacional de assassinatos políticos por região.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP–Cebrap), 2003–2023

Embora as regiões Nordeste e Sudeste tenham registrado o maior número de casos, isso reflete suas populações maiores. Controlada pelo eleitorado, a região com a maior taxa de assassinatos políticos é a Norte (13,9), superando a região com a menor taxa, o Sul, em 5,3 vezes. Este dado indica disparidades regionais na intensidade dos conflitos políticos e a capacidade estatal desigual de controlar o uso da violência como meio de resolução de conflitos. As regiões Sudeste e Sul apresentaram as menores taxas de casos de assassinatos políticos, respectivamente. A região Centro-Oeste possui uma taxa elevada, considerando sua população relativamente pequena.

Embora o padrão regional seja significativo, houve variações em nível estadual, como mostra o mapa abaixo. Ao considerar apenas os estados, surgiu uma divisão vertical, com os estados do Norte e do Centro-Oeste apresentando taxas mais altas do que os estados do Sul e do Sudeste.

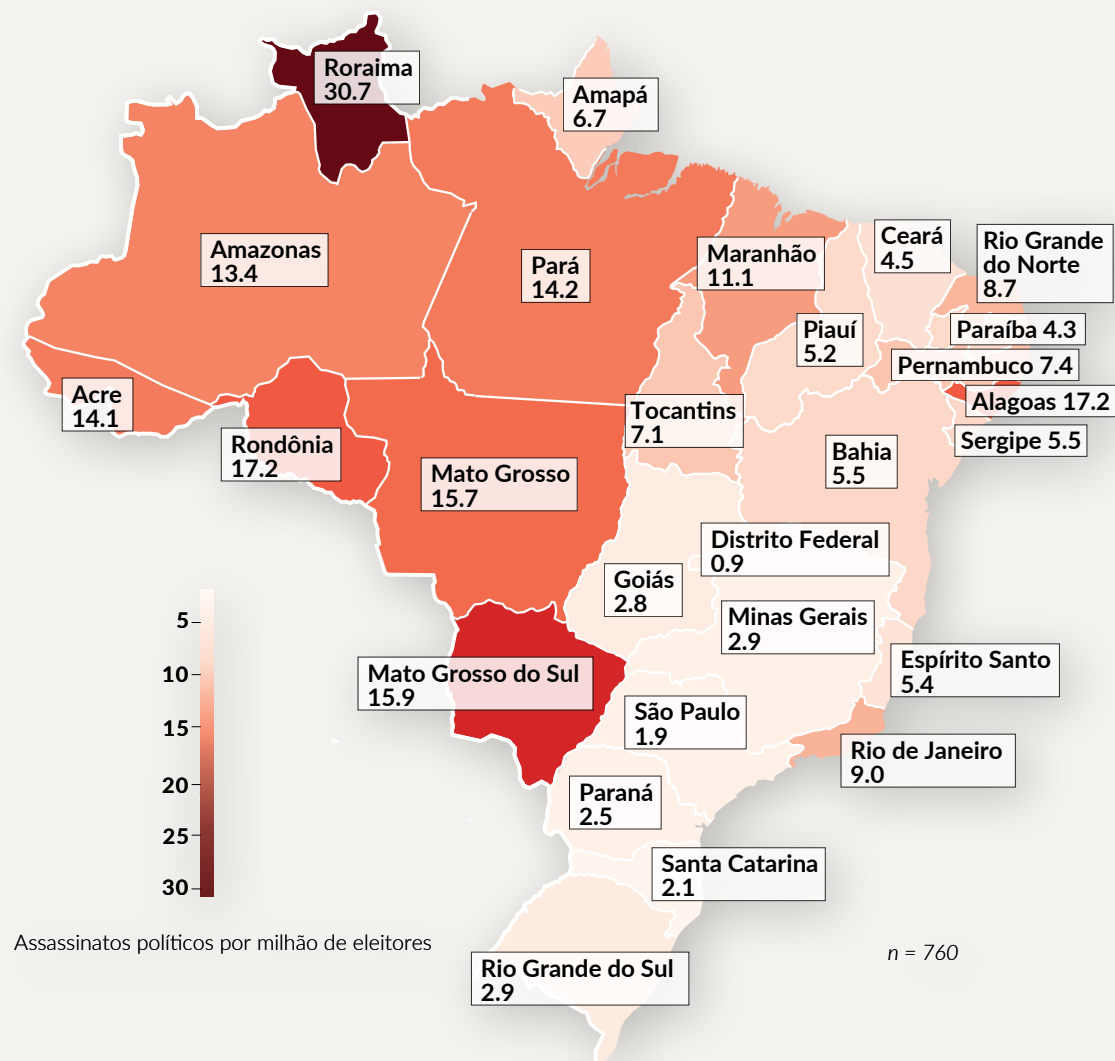


FIGURA 2 Distribuição de assassinatos políticos por estado.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Cada região tem pelo menos um estado com alta taxa de assassinatos políticos, sendo que os dois estados do norte, Roraima e Rondônia, apresentaram as maiores taxas a nível nacional. Todos os demais estados do norte, com exceção do Amapá e do Tocantins, apresentaram taxas surpreendentemente altas. No Centro-Oeste, os dois estados do Mato Grosso apresentaram taxas igualmente elevadas. Alagoas se destacou como a exceção no Nordeste.

A posição de Roraima como o estado com a maior taxa de assassinatos políticos (30,7) reflete uma onda de conflitos de três anos em torno do território Yanomami – com 9,6 milhões de hectares, a maior reserva indígena do país. Entre 2020 e 2023, o território foi palco de violência entre comunidades indígenas que defendiam suas terras e grupos armados que lucravam com a extração ilegal de ouro.¹⁰

Os estados vizinhos não apresentaram taxas parecidas, sugerindo que fatores locais, em vez de regionais, podem ser mais significativos para explicar a violência política. Além disso, existem variações dentro das regiões: a capital nacional, Brasília, está localizada em uma região (Centro-Oeste) com alta taxa de assassinatos políticos, mas ela própria apresenta uma taxa relativamente baixa (0,9 por milhão). Certas cidades apresentaram taxas excepcionalmente altas de assassinatos políticos, e o tamanho do município foi considerado um fator de risco crítico.

A concentração de altas taxas de assassinato em municípios pequenos reflete diversas dinâmicas inter-relacionadas. Cidades pequenas geralmente têm uma presença estatal federal mais fraca, com capacidade limitada de aplicação da lei e menor supervisão judicial. As estruturas de poder locais são frequentemente personalizadas, com elites políticas e econômicas exercendo controle concentrado sobre as instituições políticas, os espaços sociais e as oportunidades econômicas. Além disso, alguns desses municípios estão localizados em regiões fronteiriças sob rápida expansão agrícola e extração de recursos, gerando intensos conflitos por terras, e a capacidade institucional local para mediação é limitada. A combinação de fraca autoridade estatal, relações de poder personalizadas e conflitos de recursos de alto risco cria condições propícias à rivalidade política violenta. Esses dados revelam que o tamanho do município afeta significativamente o risco de assassinato, com as taxas mais altas concentradas em cidades pequenas em todas as regiões.

Localização

Embora a violência política letal ocorra em todo o país, sua distribuição espacial apresenta padrões distintos por tipo de vítima. Quando todos os casos são considerados em conjunto, as áreas urbanas concentraram a maioria dos eventos: 447 homicídios e 219 tentativas de homicídio ocorreram em cidades, representando 63,1% do total de casos (Figura 3). Os números refletem a sociedade brasileira, predominantemente urbana (87,4% da população vive em centros urbanos, segundo o censo de 2022).¹¹

A distinção entre áreas urbanas e não urbanas revela perfis de risco muito diferentes para políticos e ativistas. Como mostra a Figura 4, após a desagregação por função política, um padrão claro emerge: 83,4% da violência política letal em áreas urbanas teve como alvo políticos, enquanto 72% em áreas rurais ou florestais teve como alvo ativistas. Em outras palavras, o local de atuação política das vítimas determina, em grande parte, onde elas enfrentam risco de morte.

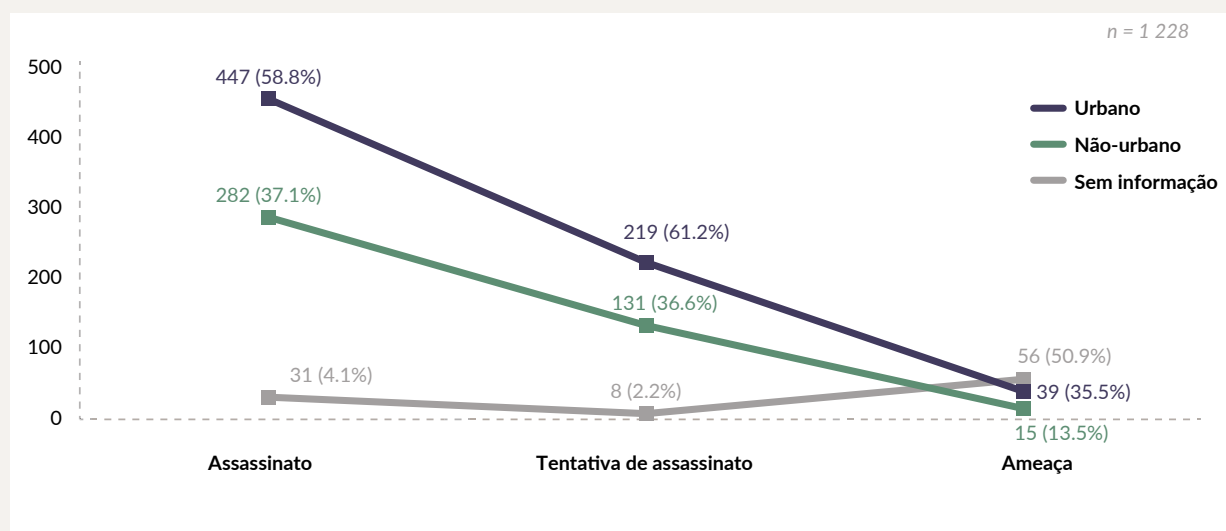


FIGURA 3 Distribuição das vítimas da violência política letal em áreas urbanas e não urbanas.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Perfil da vítima	Urbano		Não-urbano		Sem informação		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Políticos	588	83.4	117	27.3	70	73.7	775	63.1
Ativistas	108	15.3	308	72.0	22	23.2	438	35.7
Vítimas indiretas	7	1.0	3	0.7	2	2.1	12	1.0
Sem informação	2	0.3	0	0.0	1	1.0	3	0.2
Total	705	100	428	100	95	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 4 Violência política letal em espaços urbanos/não urbanos.

OBSERVAÇÃO: As vítimas indiretas foram consideradas cidadãos comuns que não atuavam como políticos ou ativistas, mas que foram ameaçados ou mortos devido a seus laços permanentes (como membros da família) ou conexões ocasionais (como funcionários ou seguidores) com políticos ou ativistas.

FONTE: Banco de Assassínatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Mais de dois terços da violência contra ativistas ocorreram em espaços não urbanos, indicando a concentração de conflitos fundiários em áreas rurais e de fronteira. Para os políticos, o padrão se inverte, com cerca de cinco vezes mais casos de violência política letal em cidades em comparação com áreas rurais. Esse padrão coincide com os locais onde esses atores realizam seu trabalho político. Muitos ativistas atuam em áreas disputadas, florestais ou rurais, enquanto os políticos se concentram nas cidades, onde estão localizadas as instituições políticas.

Além disso, a violência política letal não se distribuiu espacialmente de forma equitativa entre os diferentes tipos de locais. Dentro das categorias rural e urbana, é possível identificar diversos espaços sociais onde ocorreram os ataques: ruas, rodovias, estradas, prédios públicos, fazendas, territórios indígenas e residências das vítimas. Esses locais foram organizados de acordo com sua visibilidade. Locais visíveis são aqueles onde a presença de testemunhas era provável. Locais fechados são espaços invisíveis ou de difícil acesso, onde crimes poderiam ser cometidos longe da vista do público. Essa classificação visa avaliar se os perpetradores temiam consequências legais e punição.

Mais da metade de todos os assassinatos (52,8%) ocorreram em espaços públicos visíveis, sugerindo que os assassinos não temiam as consequências de seus atos. O segundo local mais frequente, as casas das vítimas (18,2% dos assassinatos e 11,8% das tentativas), corrobora a expectativa de que o crime seja praticado de forma oculta. Notavelmente, embora representem pequenas proporções, vários casos ocorreram em espaços fechados onde se esperaria publicidade em vez de sigilo: locais onde o próprio Estado está presente. O estudo constatou que 2,4% dos assassinatos e 10% das tentativas aconteceram em prédios públicos, especialmente em prefeituras e câmaras municipais. Além disso, diversas ameaças (4,5%) também foram feitas nesses locais, revelando uma falha institucional na proteção de atores políticos, mesmo em espaços controlados pelo Estado. Essa constatação sugere tanto cumplicidade estatal quanto uma falha na autoridade para proteger a atividade política.

Os assassinatos políticos não são, em sua maioria, operações clandestinas executadas em segredo para impedir que testemunhas deponham. Pelo contrário, os casos que ocorreram em espaços urbanos abertos, como ruas (42,4%), ou em estradas e outros espaços abertos fora das cidades (10,4%), representam juntos mais da metade do total. A natureza pública da violência indica que os perpetradores calculam que enfrentam um risco mínimo de prisão ou processo judicial.

Outra forma de analisar os locais onde ocorreram assassinatos e tentativas de assassinato é pelo status de propriedade. Considerando a propriedade, os casos podem ser classificados de acordo com o local onde ocorreram: espaços públicos, privados ou disputados. Um espaço público é uma propriedade estatal ou um espaço com uso público definido, como uma praça, onde qualquer pessoa pode entrar sem necessidade de permissão. Um espaço privado é um espaço de propriedade individual ou coletiva e não oferece livre acesso. Este estudo define um espaço disputado como um local onde a propriedade está em disputa e o conflito sobre seu status ocorre simultaneamente na esfera judicial e por meio da luta direta entre os atores que reivindicam seus direitos sobre ele. O que está em jogo nos espaços disputados é precisamente se as autoridades estatais ou judiciais os classificarão como propriedade pública ou privada. Portanto, ocupa uma posição jurídica liminar e ambígua entre a propriedade individual e a coletiva. Os locais foram classificados como espaços disputados quando as notícias indicavam disputas legais em andamento sobre a propriedade da terra ou direitos de uso; isso inclui fazendas ocupadas onde movimentos de pessoas sem-terra contestam a propriedade individual e reservas indígenas/ambientais onde atividades econômicas ilegais contestam os direitos coletivos. Os casos foram classificados como 'esfera privada' apenas quando nenhuma disputa de propriedade foi mencionada nas notícias.

Local	Assassinato		Tentativa de assassinato		Ameaça de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Público	440	57.8	198	55.3	25	22.7	663	54
Privado	160	21.1	69	19.3	74	67.3	303	24.7
Áreas sob disputa	160	21.1	91	25.4	11	10	262	21.3
Total	760	100	358	100	110	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 5 Violência política letal por local.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Os locais públicos representam 57,8% dos assassinatos (440 casos) e quase 200 tentativas de assassinato. A disposição para matar em público sugere ou a confiança do perpetrador na impunidade ou uma intenção deliberada de enviar mensagens intimidatórias a outros atores políticos. Os locais privados, incluindo residências e edifícios de organizações civis, representaram a menor proporção de assassinatos: 21,1% (160 casos).



Vista da comunidade Kanamari, protegida pelo governo federal, no estado do Amazonas. Alguns assassinatos decorrem de conflitos pela posse da terra, à medida que as comunidades indígenas tentam proteger seus territórios coletivos da extração ilegal.

© Herve Bar/AFP via Getty Images

Os restantes 21,1% (160 casos) de assassinatos políticos ocorreram em áreas sob disputa, assoladas por conflitos de propriedade – geralmente uma luta entre a posse e o uso legal e legítimo da terra. Existem dois tipos de áreas disputadas. A primeira ocorre quando há um conflito entre proprietários individuais e usuários coletivos da mesma terra, o que caracteriza particularmente grandes propriedades rurais. Tipicamente, movimentos sociais ocupam terras, argumentando que elas são improdutivas sem um uso econômico extensivo. Esta é uma situação constitucionalmente regulamentada, na qual o Estado pode expropriar terras para fins de reforma agrária. Enquanto os conflitos persistirem, um lado “ocupa” a terra sem reconhecer a propriedade privada individual como legítima, enquanto o outro lado defende seus direitos legais de propriedade e caracteriza os demais como “invasores”, solicitando aos tribunais a sua expulsão. Esse conflito semântico – “ocupar” versus “invadir” – deixa claro que os lados não se reconhecem como igualmente legítimos, pelo contrário, trata-se de cada um reivindicando seus próprios direitos sobre a terra. Muitos desses casos terminam em derramamento de sangue.

O segundo tipo de local disputado diz respeito a áreas de propriedade coletiva, reconhecidas constitucionalmente como reservas indígenas ou ambientais. Nesses casos, o conflito começa de forma diferente: grupos econômicos organizados que exploram os recursos naturais locais são considerados invasores, alegando que a terra coletiva é improdutiva e deveria ser aberta a atividades econômicas que levem ao desenvolvimento da área. Esses grupos incluem madeireiros, garimpeiros e pecuaristas ilegais. Tais conflitos frequentemente terminam em assassinatos, particularmente quando povos indígenas ou ativistas ambientais tentam defender a integridade territorial.

Em ambas as modalidades, o que é público e o que é privado permanece indefinido por meio de contínuas lutas legais e físicas. Isto é, as disputas vão além da guerra jurídica e da regulação institucional, escalando para a violência letal direta. Isso fica evidente nos conflitos de terra, que representaram 21,1% de todos os assassinatos políticos (160 casos), demonstrando que as disputas territoriais são um fator central da violência política letal no Brasil contemporâneo.

Métodos de execução e perfis dos executores

No Brasil, os assassinatos políticos são realizados por vários métodos, que vão desde armas de fogo e facadas até envenenamentos e mesmo ataques com pequenas aeronaves. Os métodos de homicídio e as armas utilizadas podem ser organizados segundo um gradiente de proximidade física entre o perpetrador e a vítima. Este estudo distingue duas modalidades: violência direta, em que os perpetradores espancam, estrangulam ou esfaqueiam suas vítimas; e violência indireta, utilizando instrumentos como armas de fogo, veículos e veneno. Essa divisão ajuda a distinguir crimes passionais de execuções profissionais. A violência física direta geralmente indica uma ligação pessoal entre o perpetrador e a vítima, sugerindo que a motivação pode ser emocional. Métodos que criam distância física entre o perpetrador e a vítima geralmente apontam para o envolvimento de assassinos de aluguel. Embora crimes passionais possam ser cometidos utilizando instrumentos indiretos, particularmente armas de fogo, e assassinatos por encomenda possam envolver violência direta, essa classificação é analiticamente relevante porque os jornais frequentemente caracterizam alguns assassinatos políticos como motivados por vingança ou ódio.

n = 760

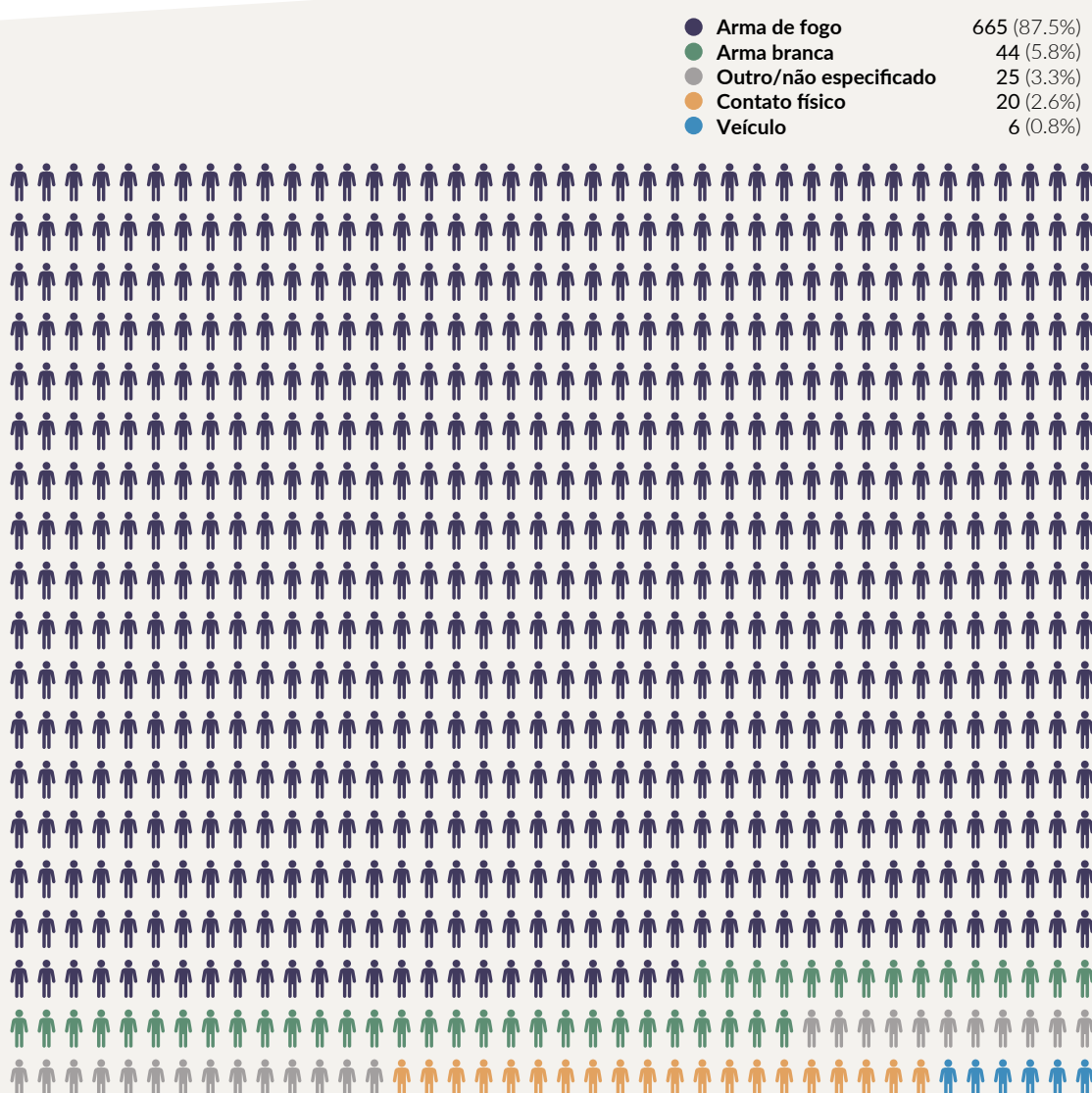


FIGURA 6 Assassinatos políticos por método.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP–Cebrap), 2003–2023

Armas de fogo foram utilizadas em 87,5% dos assassinatos políticos documentados durante o período analisado (Figura 6). Violência física direta (envolvendo facas, machados ou força física, por exemplo) foi utilizada em apenas 8,4% dos casos. A maioria dos crimes ocorreu sem contato físico direto entre o perpetrador e a vítima, indicando que grande parte dos assassinatos políticos não foi motivada por vingança ou ódio. Em vez de serem motivados por paixão, eles geralmente requerem racionalidade. Entre as formas indiretas de homicídio, instrumentos não convencionais foram usados com pouca frequência (menos de 1%, como quando as pessoas foram atropeladas), sugerindo que os assassinatos políticos geralmente são planejados sistematicamente e executados profissionalmente. Dois fatores ajudam a explicar esse padrão: a disponibilidade e a normalização das armas de fogo e um mercado estabelecido para assassinos de aluguel.

A disponibilidade de armas de fogo é extremamente relevante para a compreensão da violência política letal no Brasil.¹² Historicamente, o Brasil tem apresentado altos índices de violência. O primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011) tentou lidar com o problema proibindo a posse de armas de fogo por civis. Em 2005, um plebiscito consultou os eleitores sobre a venda de armas de fogo e munições para civis. O plebiscito foi favorável à posse de armas, e o mercado de armas de fogo se expandiu.¹³ O acesso a elas aumentou ainda mais durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2023), que incentivou a posse e a exibição pública de armas. Isso alimentou um aumento na disponibilidade desses artefatos, legais e ilegais, por meio do tráfico em larga escala e da fabricação doméstica.

Após o movimento pró-armas vencer o plebiscito em 2005, a posse e o porte de armas tornaram-se cada vez mais aceitáveis socialmente em algumas partes do Brasil. Durante a campanha pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff (2011–2016)¹⁴ e ao longo da campanha presidencial de Bolsonaro, o direito ao porte de armas foi repetidamente defendido. O mandato de Bolsonaro expandiu a posse de armas por civis por meio de decretos executivos, a propaganda estatal incentivou a exibição de armas e clubes de tiro proliferaram pelo país. Consequentemente, as armas de fogo tornaram-se facilmente acessíveis e sua posse foi normalizada. Entre 2019 e 2022, o registro de armas de fogo por civis aumentou 123%, chegando a 2,9 milhões.¹⁵



Jair Bolsonaro, ao centro, assina um decreto que flexibiliza as leis de armas no Brasil, em 2019. Durante sua presidência, promoveu medidas para flexibilizar as restrições à posse de armas, contribuindo para uma ampla disponibilidade de armamentos – um aumento que influenciou a dinâmica da violência política letal no Brasil. © Andre Coelho/Bloomberg via Getty Images

A maioria dos crimes no conjunto de dados compilados nesta pesquisa foi cometida por especialistas em violência, executores que agem rapidamente e cometem crimes impessoais, sem qualquer ligação prévia com as vítimas.¹⁶ A situação mais comum envolvia a execução por um ou dois assassinos pagos que chegavam de carro ou de motocicleta e deixavam o local do crime imediatamente após o tiroteio. Esses assassinos não falavam com as vítimas nem as tocavam, frequentemente atirando diversas vezes para garantir que estivessem mortas.

Não houve variações significativas nos métodos e instrumentos usados para assassinar ativistas e políticos. Ambos foram predominantemente mortos a tiros por assassinos profissionais que usaram armas de fogo em ataques precisamente direcionados. Quem contrata esses especialistas, quanto eles ganham e quais redes viabilizam essas transações permanecem questões em aberto, embora alguns relatos sugiram valores que variam de R\$ 1.000 a R\$ 30.000 por assassinato.

Compreender como os atores políticos são assassinados fornece informações cruciais sobre os perfis dos perpetradores e a dinâmica do mercado, visto que, na maioria das vezes, não se trata de violência espontânea, mas de eliminação calculada. Igualmente importante é coletar informações sobre as vítimas, para se ter uma noção das dimensões demográficas e organizacionais que determinam o risco de assassinato político.

Dados demográficos da violência política letal

Políticos costumam ser alvo de violência política letal com mais frequência do que ativistas. Como a Figura 7 mostra, 63,1% dos ataques foram dirigidos a políticos e 35,7% a ativistas, enquanto vítimas indiretas representaram 1,2%. Embora a mídia possa subnotificar casos envolvendo ativistas, políticos foram, ainda assim, tipicamente mortos em números maiores. Essa constatação questiona a suposição de que a visibilidade e os recursos associados a posições institucionais oferecem proteção contra a violência política.

Vítimas	Assassinato		Tentativa de assassinato		Ameaça de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Ativistas	279	36.7	132	36.9	27	24.5	438	35.7
Políticos	470	61.8	222	62	83	75.5	775	63.1
Vítimas indiretas	11	1.5	4	1.1	0	0	15	1.2
Total	760	100	358	100	110	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 7 Violência política letal por perfil da vítima.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP–Cebrap), 2003–2023

As diferenças reaparecem ao examinar a distribuição espacial dessas categorias de atores. As Figuras 8 e 9 desagregam as mortes entre ativistas e políticos, revelando que os locais mais letais dependem fundamentalmente dos perfis dos atores. Quando plotados em conjunto (ver Figura 1), os ataques a ativistas e políticos concentram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste. Desagregadas, essas mesmas regiões são as mais perigosas para ativistas. Na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul atingiu 19,8 casos por milhão de eleitores. No Norte, Pará e Rondônia apresentaram altas taxas, mas Roraima foi o estado mais letal para ativistas, com 30,7 casos por milhão de eleitores. A Figura 8 mostra que a letalidade política (a soma de assassinatos consumados ou tentados e ameaças de morte críveis) direcionada apenas a ativistas se aproxima do padrão agregado.

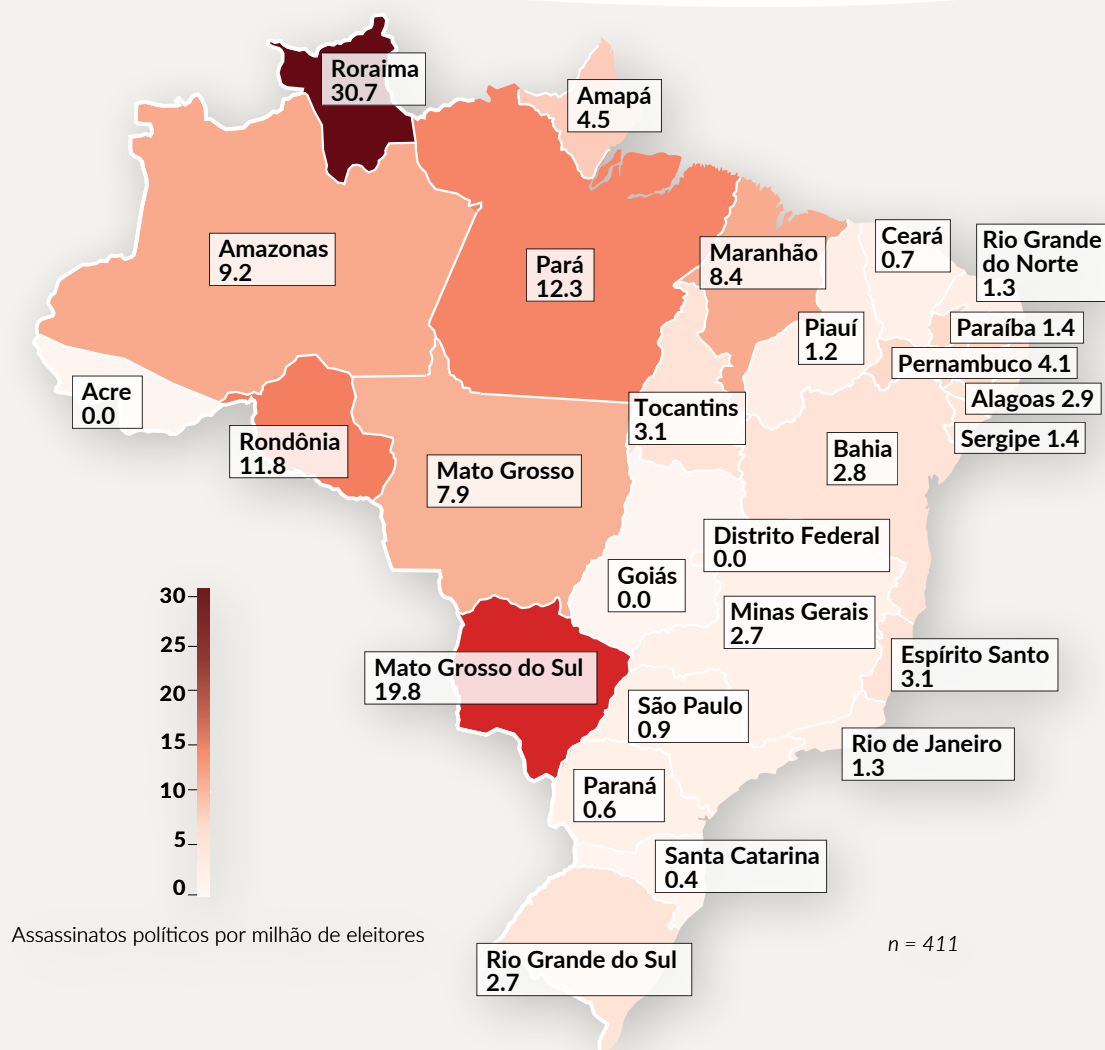


FIGURA 8 Letalidade política direcionada a ativistas, por estado.

OBSERVAÇÃO: Três casos foram excluídos devido à ausência de informações sobre as vítimas.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Isso não se verificou ao analisar a letalidade política apenas de políticos, cuja geografia de risco difere substancialmente, como mostra a Figura 9. O Norte apresentou novamente altas taxas de assassinato, mas desta vez o estado do Acre liderou a região, seguido por Rondônia. No Centro-Oeste, enquanto ativistas foram assassinados com mais frequência no Mato Grosso do Sul, os casos envolvendo políticos quase dobraram no Mato Grosso, com uma taxa de 11,1 casos por milhão. O estado vizinho do Tocantins também apresentou números elevados, apontando para um possível fenômeno regional. O Rio de Janeiro emergiu como um enclave de violência na região Sudeste, com 11,4 casos por milhão, possivelmente devido às atividades de milícias e ao controle que o crime organizado exerce sobre vastos territórios, particularmente na região metropolitana.¹⁷

A diferença mais significativa foi a concentração de casos na região Nordeste, onde Alagoas foi o local mais perigoso do país para políticos, com 20,1 casos por milhão de eleitores. Essa taxa é 2,3 vezes maior que a do Rio Grande do Norte (8,7 casos por milhão), o segundo estado mais perigoso da região.

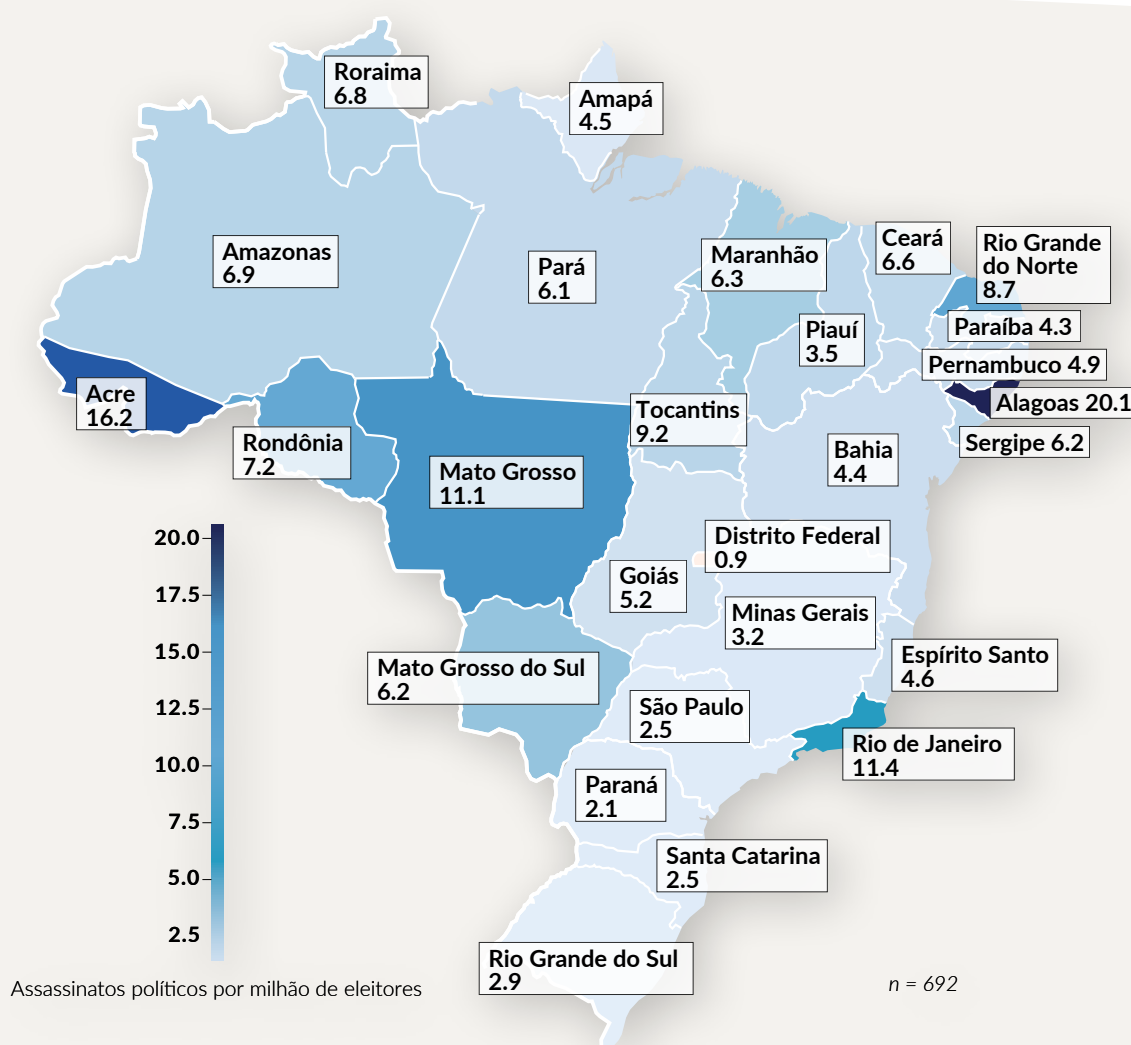


FIGURA 9 Distribuição da letalidade política direcionada a políticos, por estado.

OBSERVAÇÃO: Quatro casos foram excluídos devido à ausência de informações sobre as vítimas.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Esses padrões geográficos refletem configurações sociopolíticas regionais de acordo com os tipos de conflito. As altas taxas de ativistas correlacionam-se com áreas de extração intensiva de recursos em territórios disputados, particularmente nos biomas Amazônia e Pantanal. Roraima e Mato Grosso do Sul também apresentam disputas em curso sobre a demarcação de terras indígenas.

Em contraste, a posição de Alagoas como o estado mais perigoso para políticos sugere dinâmicas enraizadas na competição política local, como disputas por recursos e contratos municipais, uma hipótese que merece investigação mais aprofundada. A elevada taxa do Rio de Janeiro reflete, de forma semelhante, dinâmicas locais envolvendo o controle de territórios por milícias e crime organizado e a competição violenta por cargos políticos.¹⁸

Além de desagregar os casos por tipo de vítima, as diferenças foram analisadas dentro de cada grupo. Para os políticos, considerou-se o seu status no cargo: titulares, candidatos ou fora do cargo e sem candidaturas. Os ativistas foram avaliados de acordo com o seu papel dentro de uma organização específica.

Políticos que não estavam concorrendo a cargos eletivos tinham maior probabilidade de serem assassinados do que candidatos e políticos em exercício. Embora os políticos em exercício fossem alvos em números significativos (230, ou 30,3% dos assassinatos), estar no cargo parece ter oferecido alguma proteção em comparação a estar fora do cargo (60,2%). Os candidatos enfrentaram um risco menor: apenas 8,7% morreram durante o período eleitoral, provavelmente porque as eleições aumentam a atenção da mídia e a visibilidade dos candidatos, elevando ligeiramente os custos para os perpetradores.¹⁹

Políticos e ativistas	Assassinatos		Tentativa de assassinatos		Ameaças de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Sem cargo político	458	60.2	230	64.2	48	43.6	736	59.9
Ocupando cargo	230	30.3	96	26.9	56	50.9	382	31.1
Candidatos	66	8.7	27	7.5	6	5.5	99	8.1
Sem informação	6	0.8	5	1.4	0	0	11	0.9
Total	760	100	358	100	110	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 10 Violência política letal contra políticos e ativistas, por status de ocupação de cargo da vítima.

FONTE: Base de Dados de Assassinatos Políticos Brasileiros (BAP-Cebrap), 2003–2023

Concentrando-se apenas nos ativistas, surgem diferenças de acordo com os formatos organizacionais. Este estudo distingue quatro tipos organizacionais de ativismo, baseados na formalização e no alcance:

- **Sindicatos:** Organizações sindicais formalmente registradas, com membros inscritos e reconhecimento legal para negociar coletivamente os direitos trabalhistas.
- **Organizações civis formais:** ONGs, cooperativas e grupos de defesa de direitos registrados, com personalidade jurídica definida, membros cadastrados e geralmente engajados em ativismo voltado para políticas públicas.
- **Movimentos sociais:** Redes informais de ativistas mobilizadas em torno de uma ou mais agendas, com composição fluida e um repertório padrão de ações contenciosas.
- **Associações cívicas:** Organizações políticas informais em defesa de populações locais, como grupos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas. Esses grupos geralmente se baseiam em estruturas tradicionais de governança local e têm membros que se candidatam a cargos em nível local.

Os ativistas mais expostos, de forma geral, foram aqueles engajados em movimentos sociais, que foram alvos em 31,6% dos casos. Considerando apenas os homicídios, a maior proporção de casos (35,7%) envolveu organizações civis formais, como ONGs. Os sindicalistas foram os menos expostos ao risco de assassinato (9,7%) e a qualquer tipo de risco em geral. É provável que isso esteja relacionado ao enfraquecimento progressivo dos sindicatos. Na década de 1980, os sindicatos eram a forma de organização mais importante do Brasil, mas declinaram à medida que a atividade econômica migrou da indústria para o setor de serviços e o agronegócio, ambos com menores taxas de sindicalização.²⁰

Tipo de organização	Assassinatos		Tentativa de assassinatos		Ameaças de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Movimentos sociais	73	26.4	57	43.2	8	28.6	138	31.6
Associações cívicas	78	28.2	48	36.4	5	17.8	131	30
Organizações civis formais	99	35.7	14	10.6	12	42.9	125	28.6
Sindicatos	27	9.7	13	9.8	3	10.7	43	9.8
Total	277	100	132	100	28	100	437	100
Número = 437								

FIGURA 11 Violência política letal contra ativistas, por tipo de organização.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Apesar das distribuições distintas em outras métricas, a violência política letal contra políticos e ativistas compartilhou uma característica: os membros comuns foram menos afetados do que os líderes. Como os atores mais expostos, os líderes são facilmente identificados como alvos e, portanto, representaram 61,9% dos assassinatos e 84,5% das ameaças de morte envolvendo ativistas. Eliminar líderes também causa maior desestabilização nas organizações do que eliminar membros comuns.

Contudo, membros comuns de partidos políticos e ativistas regulares foram vítimas de 36,3% dos assassinatos e alvos de mais tentativas de assassinato (58,1%) do que líderes. Isso sugere que o assassinato político no Brasil visa não apenas a desestabilização organizacional por meio da eliminação de líderes, mas também a intimidação de grupos inteiros através da violência contra membros comuns. Portanto, a atividade política em si é perigosa, independentemente da posição de uma pessoa dentro de uma organização.

Cargo da vítima	Assassinatos		Tentativa de assassinatos		Ameaças de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Líder	470	61.9	148	41.3	93	84.5	711	57.9
Membro ou simpatizante	276	36.3	208	58.1	17	15.5	501	40.8
Sem informação	14	1.8	2	0.6	0	0	16	1.3
Total	760	100	358	100	110	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 12 Violência política letal contra ativistas, por tipo de organização.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Os dados também sugerem que a política local é mais perigosa do que a política estadual e nacional. Para todos os três tipos de violência política letal, 88,4% dos casos envolvendo políticos tiveram como alvo aqueles que atuam no âmbito municipal. Esses dados devem ser interpretados com cautela, no entanto, visto que o Brasil possui muito mais cargos políticos em nível municipal do que em nível estadual e federal.²¹ Apesar disso, a constatação de que a política local é particularmente violenta está em consonância com pesquisas já existentes.²² Os municípios são palco de disputas sobre recursos e oportunidades, e controlam contratos de construção, licenças de uso do solo e contratações locais.

Esfera de atividade política	Assassinatos		Tentativa de assassinatos		Ameaças de morte		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Municipal	285	94.4	109	85.2	41	66.1	435	88.4
Estadual	9	3	10	7.8	10	16.1	29	6
Federal	1	0.3	3	2.3	11	17.8	15	3
Sem informação	7	2.3	6	4.7	0	0	13	2.6
Total	302	100	128	100	62	100	492	100
Número = 492								

FIGURA 13 Letalidade política contra políticos, por nível do cargo.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Em termos de gênero, as vítimas de violência política letal foram predominantemente homens (74%). Ativistas e políticos do sexo masculino são tipicamente assassinados em maior número. Isso não surpreende, visto que a política no Brasil continua sendo uma esfera dominada por homens. Em 2025, as mulheres ocupavam apenas 18,1% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 19,8% no Senado.²³ Nas eleições municipais de 2020, 33,3% dos candidatos eram mulheres, mas elas conquistaram apenas 16% dos cargos de prefeito e 18% das cadeiras nas câmaras municipais.²⁴ O desequilíbrio de gênero na violência política letal reflete o mesmo desequilíbrio na atividade política em geral. Além disso, quando mulheres são assassinadas por motivos políticos, esses casos frequentemente apresentam características de violência de gênero que se sobrepõem às motivações políticas, um fenômeno que requer análise além do escopo deste estudo.

Vítima	Masculino		Feminino		Sem informação		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Ativista	238	26.2	53	44.9	147	72.7	438	35.7
Político	663	73	65	55.1	47	23.3	775	63.1
Vítima indireta	6	0.7	0	0	6	3	12	1
Sem informação	1	0.1	0	0	2	1	3	0.2
Total	908	100	118	100	202	100	1 228	100
Número = 1,228								

FIGURA 14 Violência política letal, determinada pelo sexo da vítima.

OBSERVAÇÃO: O sexo foi atribuído aos casos utilizando a biblioteca genderBR, uma ferramenta desenvolvida por Fernando Meireles em Package 'genderBR': Predict Gender from Brazilian First Names (v1.1.2), The Comprehensive R Archive Network, 2025, que estima a probabilidade do sexo de uma pessoa com base em seu primeiro nome e estado de nascimento, utilizando dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra foi posteriormente corrigida utilizando descrições das vítimas publicadas em jornais. A variável "nome da vítima" foi padronizada de acordo com o nome oficial da vítima. Nomes sociais não foram considerados, razão pela qual o termo "sexo" é utilizado nesta figura em vez de "gênero".

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Por que e quando os conflitos políticos se tornam letais?

Por que certos conflitos políticos escalam para a violência letal e em quais conjunturas é mais provável que esse tipo de violência ocorra? Este estudo identificou duas dimensões principais intervenientes na violência política letal. Uma diz respeito aos conflitos nos quais as vítimas estavam envolvidas, enquanto a outra diz respeito à conjuntura política, em particular à orientação política do governo no momento em que a violência política letal ocorreu. Em relação à motivação, quatro tópicos emergiram como centrais em conflitos políticos letais: política institucional (32,5% de todos os casos), propriedade da terra (32%), escassez de recursos e oportunidades (10,4%) e crime organizado (1,6%).²⁵

Crimes resultantes de questões de política institucional – nomeações de candidatos, contestações de resultados eleitorais, gestão de recursos e oportunidades – giram em torno de quem está no comando e do que deve ser feito com os recursos públicos, as oportunidades e os cargos estatais. Esses conflitos

letais são aqueles que não são resolvidos por meio de mecanismos institucionais. Em democracias, a competição eleitoral, as negociações nos âmbitos do legislativo e do executivo e a arbitragem judicial fornecem canais pacíficos para a resolução de disputas políticas. Esta pesquisa aponta que esses mecanismos institucionais falharam em processar parte dos conflitos, com a violência sendo considerada mais eficaz do que as instituições para alcançar objetivos políticos em um grande número de casos.

Os conflitos relacionados à posse de terras, sobre a propriedade ou o uso de reservas indígenas, reservas ambientais e terras agrícolas, têm como alvo principal atores políticos não institucionais. Uma parcela substancial das vítimas foi morta em áreas rurais ou florestais, onde a aplicação da lei é mais difícil. Os conflitos tendem a ser resolvidos violentamente porque essas áreas geralmente se encontram em regiões de fronteira, onde a presença do Estado é fraca ou inexistente.

As disputas por recursos e oportunidades escassos incluem conflitos sobre contratos de construção, projetos de desenvolvimento imobiliário, disputas comerciais e parcerias empresariais. Embora não digam respeito formalmente a cargos políticos ou recursos públicos, essas disputas tornam-se políticas devido ao uso que os atores fazem de suas conexões políticas e do poder estatal para promover interesses privados.

Embora apenas alguns conflitos envolvam o crime organizado, suas implicações são potencialmente significativas, pois se sobrepõem às atividades políticas, frequentemente envolvendo políticos que estão ligados ao crime organizado ou que são alvos por denunciá-lo. Essa interseção entre crime organizado e governança merece mais pesquisas, visto que há evidências de que os grupos criminosos organizados competem cada vez mais diretamente por cargos políticos, em vez de apenas buscarem influenciar os ocupantes de cargos.²⁶

Tipo de conflito	Ativistas		Políticos		Vítimas indiretas		Sem informação		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Fundiário	315	71.9	77	9.9	1	8.3	0	0	393	32
Política institucional	35	8	362	46.7	2	16.7	0	0	399	32.5
Recursos e oportunidades	47	10.7	80	10.3	1	8.3	0	0	128	10.4
Crime organizado	0	0	20	2.6	0	0	0	0	20	1.6
Outro	15	3.4	3	0.4	0	0	0	0	18	1.5
Sem informação	26	6	233	30.1	8	66.7	3	100	270	22
Total	438	100	775	100	12	100	3	100	1 228	100
Número = 1,228										

FIGURA 15 Violência política letal, por tipo de conflito.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP–Cebrap), 2003–2023

Ao analisar a ameaça enfrentada pelos políticos, não foi possível estabelecer o tipo de conflito com base apenas nas fontes disponíveis (a segunda fase desta pesquisa analisará a documentação policial e judicial). No entanto, nos casos em que havia informações suficientes – quase 80% –, estas foram robustas o bastante para mapear os principais temas e espaços onde ativistas e políticos sofreram violência política letal em maior número.²⁷ Para os políticos, os conflitos mais letais estavam relacionados à política institucional: 46,7% das ameaças, tentativas de assassinato e assassinatos decorreram de disputas por cargos, poder e recursos públicos, como parte de uma competição por poder eleitoral e governança. Para os ativistas, 71,9% da violência política letal decorreu de conflitos fundiários. Assim, os atores enfrentam riscos diferentes dependendo de suas atividades e dos âmbitos em que atuam.

Conjunturas políticas

As motivações políticas para assassinar estão ligadas não apenas aos temas em disputa, mas também às conjunturas políticas. Na política, a conjuntura mais importante é o ciclo eleitoral. Enquanto ativistas podem se juntar a movimentos e organizações nacionais ou globais, políticos competem apenas em mercados eleitorais internos. As eleições podem ser momentos em que conflitos são abordados por meio do voto, mas também podem apresentar rivalidades intragrupo, à medida que os candidatos competem por cargos e recursos limitados. Portanto, as eleições são momentos ambíguos: institucionalmente concebidas para a resolução pacífica de conflitos, mas potencialmente intensificadoras de conflitos que podem escalar para a violência. Para examinar se as eleições afetam os níveis de letalidade política, os casos foram mapeados em relação aos períodos eleitorais (ver figuras 16 e 17).

A violência contra ativistas apresentou picos antes ou durante as eleições nacionais de 2006, 2010 e 2018. As eleições nacionais determinam quais forças políticas controlarão as agências responsáveis pelas políticas relacionadas aos temas nos quais os ativistas lutam e que dependem de legislação nacional e atuação de órgãos nacionais, como o Ibama e a Polícia Federal. São, por isso, mais relevantes do que as eleições locais para as suas pautas. No período analisado, os conflitos vitimando ativistas se intensificaram em eleições nas quais a direção das políticas relativas às questões fundiárias e ambientais estiveram na berlinda.

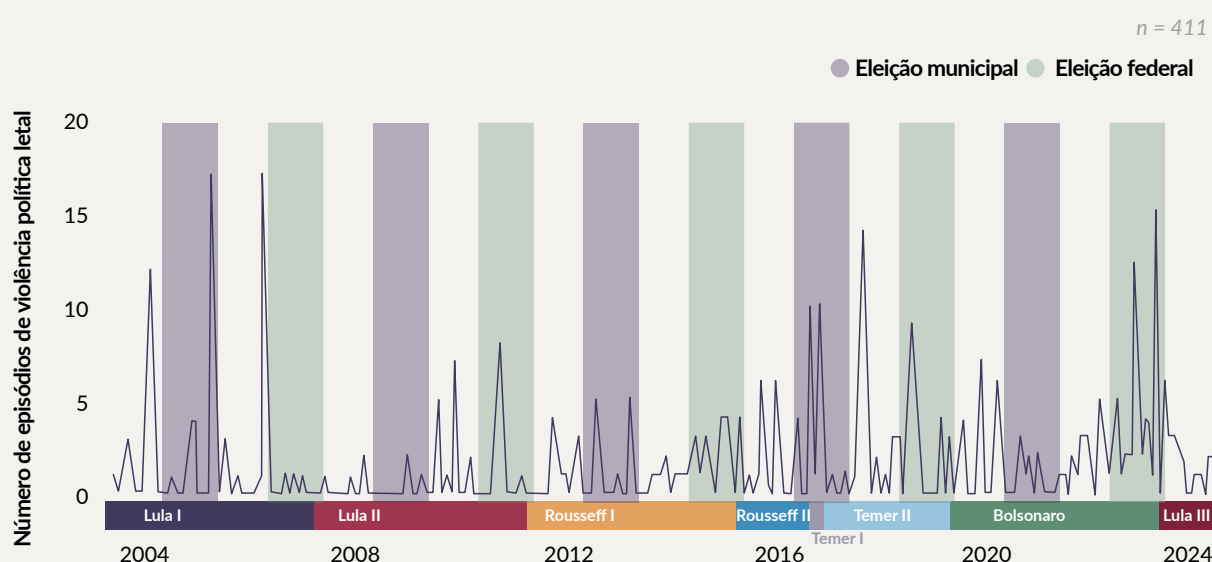


FIGURA 16 Violência política letal contra ativistas em anos de eleições municipais e federais.

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003-2023

Para os políticos, ao contrário, as eleições federais são períodos de menor risco do que as eleições locais. Dois pequenos picos ocorreram durante governos do Partido dos Trabalhadores (2006, 2010), com aumento significativo em eleições locais, a partir do governo de Dilma Rousseff (2012, 2016, 2020). Apesar das diferenças relacionadas a quem governava o país na época (discutidas abaixo), os conflitos locais parecem ser aqui a explicação mais plausível para este aumento da letalidade política.

Este panorama nacional, contudo, engloba diferenças regionais ao longo do tempo. Ao considerar o período de 20 anos (2003–2023) como um todo, emerge uma concentração de violência nas regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, quando os dados são desagregados ao longo do tempo e as mudanças de governo são levadas em conta, são as regiões fronteiriças que apresentaram tendências crescentes na resolução de conflitos políticos por meio do uso de força letal.

As regiões Sudeste e Sul apresentaram taxas relativamente baixas e estáveis ao longo do tempo, enquanto a letalidade política cresceu nas regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente durante os mandatos presidenciais de Michel Temer (12 de maio a 30 de agosto de 2016 e 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018). A letalidade política no Norte começou a aumentar durante o governo interino de Temer, concentrando-se em Roraima, estado que permaneceu violento sob o governo Bolsonaro. Notavelmente, a violência permaneceu alta mesmo durante a pandemia de COVID-19. A região Nordeste apresentou uma tendência semelhante, embora menos acentuada. A região Centro-Oeste também mostrou uma tendência de alta, com três picos discerníveis após o impeachment de Rousseff em 2016. Houve também alguma oscilação dentro da região devido a mudanças em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já que os níveis de violência política letal nas duas regiões são negativamente correlacionados.

Considerando o país como um todo, a violência política letal começou a aumentar em 2012, atingiu o pico em 2016 (ano do impeachment de Rousseff), diminuiu durante a pandemia (2020–2021), atingiu outro pico em 2022 (ano da tentativa de golpe liderada por Bolsonaro) e, em seguida, pareceu se estabilizar, embora em um nível elevado. Os dois picos estão relacionados a fatores externos aos dados: o contexto político nacional e a orientação política das coalizões governistas.

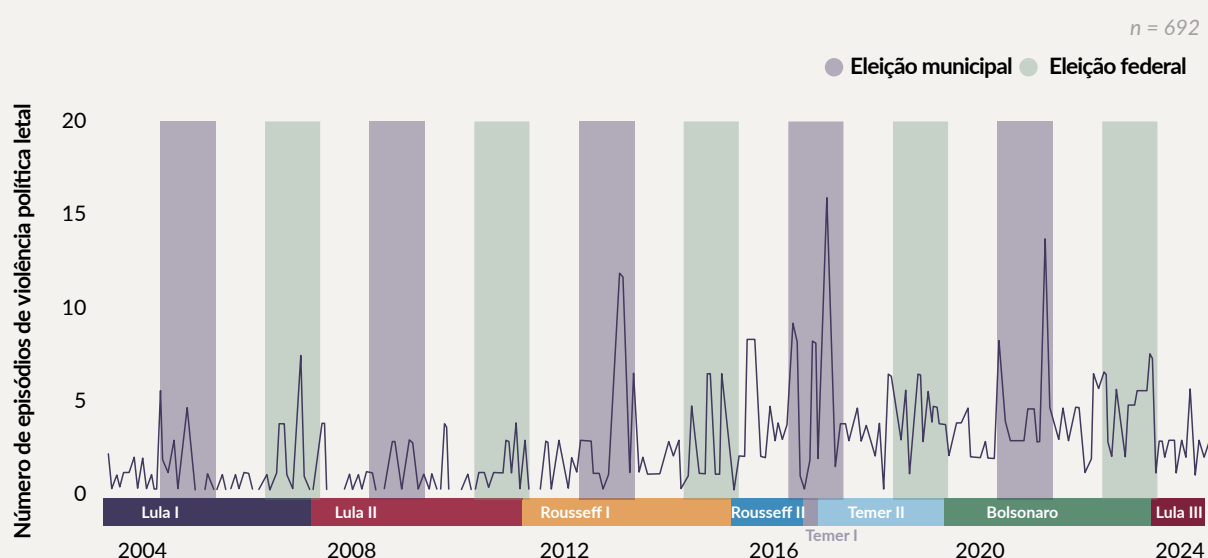


FIGURA 17 Violência política letal contra políticos em anos de eleições municipais e federais.

FONTE: Banco de Assassínatos Políticos (BAP–Cebrap), 2003–2023

O estudo constatou que um dos fatores que influenciam o nível de assassinatos políticos é a orientação política dos partidos no poder. Os governos podem ser mais punitivos em relação à atividade política do que outros, seja negligenciando a segurança de ativistas e políticos, seja disseminando retórica que incentiva a violência na política, seja cortando o financiamento de agências de proteção, ou ainda, combinando todas essas ações.

Os 20 anos em análise incluíram quatro governos de esquerda: o primeiro e o segundo mandatos de Lula, e o primeiro e o segundo mandatos de Rousseff. Já na direita, além de Bolsonaro, os anos de Temer foram divididos em dois mandatos: Temer I representa a presidência interina, quando o vice-presidente governou provisoriamente enquanto Rousseff estava afastada durante o processo de impeachment, e Temer II representa sua presidência após o impeachment de Rousseff.²⁸

O número de assassinatos consumados (desconsiderando ameaças e tentativas) aumentou sob governos de direita e diminuiu sob governos de esquerda. Isso pode estar relacionado ao fato de que os governos de direita, como Temer e Bolsonaro, priorizaram a segurança pública (aplicação da lei e redução da criminalidade) em detrimento dos direitos humanos (proteção de grupos vulneráveis e devido processo legal), enquanto os governos de esquerda, como Lula e Rousseff, enfatizaram o oposto. Nos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010), os assassinatos políticos atingiram seu nível mais baixo (21,5 por ano em Lula I e 15,8 em Lula II). Durante seus oito anos no cargo, foram registrados 149 assassinatos – uma média de 18,6 por ano.

Assassinatos políticos					Quantidade de anos no cargo	Média de casos por ano
Governo	Ativistas	Políticos	Vítimas indiretas	Total		
Esquerda						
Lula I	40	46	0	86	4	21.5
Lula II	32	31	0	63	4	15.8
Rousseff I	47	76	4	127	4	31.8
Rousseff II	24	47	0	71	1.4	50.7
Direita						
Temer I	3	20	2	25	0.3	83.3
Temer II	45	94	2	141	2.3	61.3
Bolsonaro	72	131	1	204	4	51
Total	263	445	9	717		
Número = 717						

FIGURA 18 Assassinatos políticos, por governos em exercício.

OBSERVAÇÃO: Os dados sem informações precisas sobre o mês foram desconsiderados. Isso é relevante aqui, visto que houve dois presidentes em 2016 (Rousseff no primeiro semestre e Temer no segundo semestre).

FONTE: Banco de Assassinatos Políticos (BAP-Cebrap), 2003–2023

Um padrão significativo emerge: 56,1 casos por ano durante governos de direita, contra 25,9 assassinatos por ano enquanto a esquerda estava no poder. Isso significa que a taxa de assassinatos políticos aumentou 116,6% sob administrações de direita. Esse aumento não pode ser atribuído a viés de notificação, variações regionais ou flutuações aleatórias, e sugere que as orientações políticas dos governos moldaram as condições que possibilitaram ou restringiram a violência política.

A orientação do governo federal influencia a taxa de assassinatos políticos de três maneiras. Primeiro, a retórica federal molda o cenário político mais amplo, legitimando ou deslegitimando a violência como ferramenta política. As celebrações de Bolsonaro em relação às armas de fogo, os elogios à ditadura e a estigmatização de ativistas de esquerda podem ter criado uma oportunidade política favorável à violência política. Quando líderes nacionais celebram a violência e demonizam opositores, os atores locais recebem permissão implícita para ações letais.

Em segundo lugar, os órgãos de controle do governo federal para a proteção de territórios disputados e populações vulneráveis – como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – sofreram cortes sistemáticos de verbas e desmantelamento durante o governo Bolsonaro. Essa retirada da proteção aos ativistas que atuam em zonas de conflito fundiário possibilitou diretamente a violência contra eles.

Em terceiro lugar, os governos federais influenciam as prioridades de investigação e a alocação de recursos para crimes políticos em nível estadual. Quando as autoridades federais sinalizam que as investigações de violência política são de baixa prioridade – por meio de cortes orçamentários em agências de controle, nomeações de funcionários hostis à aplicação dos direitos humanos ou críticas públicas às investigações –, as autoridades estaduais alinhadas politicamente ao partido do presidente seguem o exemplo. A duplicação das taxas de assassinatos sob administrações de direita reflete a criação, pelo governo federal, de condições que permitem a violência política local.

Contudo, os índices de violência aumentaram substancialmente no primeiro mandato de Rousseff (31,8 por ano) e drasticamente no segundo (50,7 por ano). O segundo pico deve ser interpretado com cautela, pois abrange apenas 16 meses e coincide com uma intensa crise política e mudanças governamentais. As razões para esse aumento estão enraizadas em uma crise política mais ampla, e não nas políticas de Rousseff, visto que ela enfrentava uma conjuntura crítica. Todos os governos enfrentam dificuldades, mas alguns períodos envolvem crises tão severas que alteram fundamentalmente a dinâmica política. A política é normalmente moldada por eleições e pela governança rotineira, mas as crises podem perturbar ou sobrecarregar a capacidade institucional. As crises políticas ajudam a explicar o pico nos anos de Rousseff e a elevação sustentada durante as presidências de Temer e Bolsonaro.

Nos 20 anos analisados, o Brasil vivenciou várias crises políticas, incluindo três de importância crítica: duas durante os governos de Rousseff e a tentativa de golpe de Estado de 2023. Primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, Rousseff foi destituída do cargo por meio de um processo de impeachment. A crise teve início em 2012 e persistiu por anos.

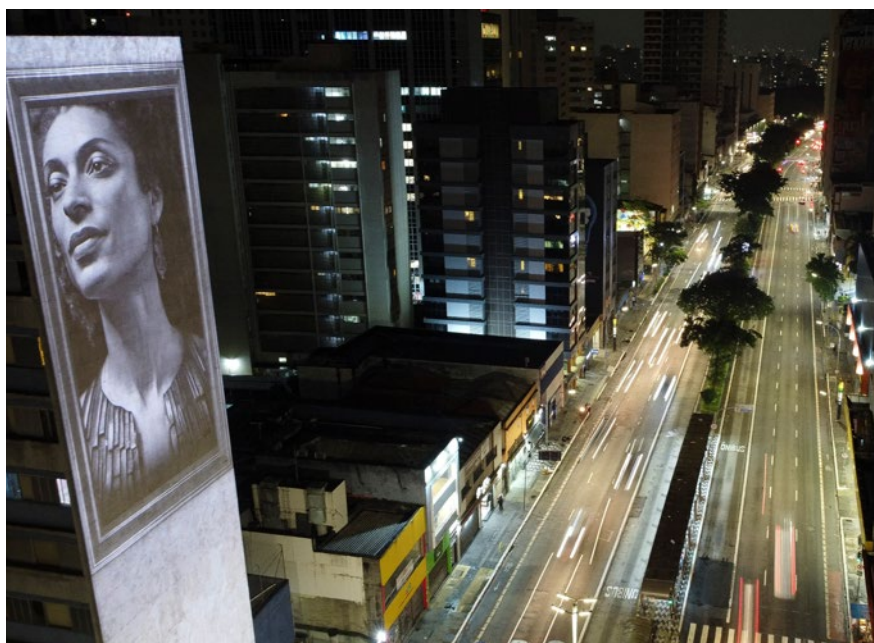
Em 2012, o Supremo Tribunal Federal proferiu sua sentença no escândalo do Mensalão, uma acusação de corrupção relacionada ao primeiro mandato de Lula, condenando diversos dirigentes e aliados do Partido dos Trabalhadores.²⁹ A sentença foi amplamente divulgada por meio de transmissões ao vivo

e cobertura jornalística em canais de televisão, revistas e jornais. Um ano depois, em junho de 2013, uma onda de protestos tomou conta do país, com movimentos de direita e de esquerda saindo às ruas simultaneamente em grande número.³⁰

O governo Rousseff foi abalado por ambos os eventos, incapaz de recuperar os níveis de apoio político de que gozava antes da crise. Um novo escândalo de corrupção (apelidado de Petrolão) alimentou a instabilidade em 2014.

Quando uma investigação judicial (Operação Lava Jato) contra ministros de Rousseff e apoiadores de membros do Congresso ganhou força e atenção nacional, a situação se agravou. Apesar das crises contínuas, Rousseff conquistou um segundo mandato, por uma margem estreita, nas eleições de 2014. O “campo patriota”, composto por movimentos de direita, protestou contra supostas fraudes eleitorais, e março de 2015 marcou o início do maior ciclo de protestos da história do país. Nos meses seguintes, movimentos de direita e de esquerda protestaram em direções opostas, em dias alternados, em um novo ciclo. As forças de direita nas ruas e no sistema político concentraram-se no impeachment da presidente. A violência política eclodiu ao longo desses ciclos de protestos, incluindo ataques a propriedades e símbolos do Estado e do capital por movimentos de esquerda, táticas antiterroristas contra manifestantes e confrontos físicos entre lados de esquerda e de direita.³¹

Os anos de Rousseff foram marcados por uma mobilização política organizada contra o Partido dos Trabalhadores, visando deslegitimar a presidente e o governo de seu partido. Esse processo atingiu seu ápice com seu impeachment em agosto de 2016, e a Operação Lava Jato levou à prisão de Lula em 2018.³² Membros do Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais de esquerda alegaram que a Lava Jato criminalizou seletivamente a política de esquerda, enquanto ignorava a corrupção de direita. Em 2021, o Supremo Tribunal anulou as condenações de Lula.³³ A desconfiança em relação aos políticos profissionais, gerada por esses eventos, permitiu que figuras consideradas de fora do sistema, como Bolsonaro, um ex-militar, emergissem como uma alternativa para muitos eleitores em 2022. Com sua legitimidade abalada, os políticos envolvidos passaram a ser vistos como descartáveis, tornando-os mais vulneráveis à violência. Simultaneamente, diversos atores buscaram maneiras de resolver disputas sem a intermediação de políticos, inclusive por meio da violência aberta. Essa conjuntura política, portanto, impulsionou o uso da violência como forma de solucionar conflitos políticos.³⁴



Uma imagem da ativista e política brasileira Marielle Franco, assassinada, é projetada em um prédio em São Paulo no quinto aniversário de seu assassinato em 2023, simbolizando a luta contínua contra a violência política no país. © Miguel Schincariol via Getty Images



Um mural em Belém homenageia o indigenista assassinado Bruno Pereira, chamando a atenção para as ameaças enfrentadas pelos defensores do meio ambiente no Brasil, em um contexto de enfraquecimento da proteção federal. © Maira Erlich/Bloomberg via Getty Images

A tendência crescente de violência política letal durante os governos Temer continuou durante a presidência de Bolsonaro, consolidando a alta taxa de violência política como a nova normalidade. A partir de 2018, houve uma notória falta de políticas para proteger a atividade política, particularmente para aqueles à esquerda do espectro político e em áreas de disputa territorial. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por garantir a proteção das atividades políticas, não protegeu os ativistas, e os órgãos estaduais responsáveis pela proteção de áreas ambientais, quilombolas, comunidades sem-terra e indígenas foram sistematicamente desmanteladas. O Ministério do Meio Ambiente perdeu sua função de proteção, facilitando a expansão de negócios em áreas protegidas. Além disso, o governo Bolsonaro estabeleceu uma estrutura clandestina de vigilância contra ativistas, acadêmicos, políticos da oposição e jornalistas, intensificando o clima de intimidação.³⁵

A retórica de Bolsonaro pode ter incentivado a violência política ao estigmatizar opositores políticos como não cidadãos (inimigos “não patriotas” do Brasil), celebrar armas como símbolos de masculinidade e soberania e elogiar torturadores da época da ditadura como heróis.³⁶ Bolsonaro emitiu cerca de 40 decretos executivos ampliando o acesso de civis a armas de fogo. Uma pesquisa de 2022 mostrou que quase 3 milhões de armas estavam em mãos de civis durante sua presidência.³⁷

Entre os casos de violência política de grande repercussão durante esse período, destacam-se os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips no território indígena do Vale do Javari (Amazonas), em junho de 2022.³⁸ Assim como no caso Franco, a indignação internacional e a atenção da mídia se seguiram, e os assassinatos destacaram os perigos que ativistas e defensores do meio ambiente e dos povos indígenas enfrentavam sob o governo Bolsonaro, particularmente em regiões amazônicas onde a presença de proteção federal havia sido retirada.³⁹

Durante o mandato de Bolsonaro, a taxa de assassinatos políticos manteve-se em 51 casos por ano. A tendência de alta nos assassinatos políticos foi interrompida pela pandemia (2020–2021), quando as interações sociais diminuíram drasticamente, impedindo a realização de diversas atividades políticas e, dessa forma, protegendo políticos e ativistas. Contudo, com a retomada das atividades sociais no último ano de Bolsonaro (2022), os assassinatos políticos voltaram a aumentar.

No final de 2022, quando ocorreram as eleições presidenciais, os assassinatos políticos aumentaram juntamente com a polarização política. E durante a campanha eleitoral, o fenômeno ultrapassou os políticos e ativistas, atingindo também os eleitores. O caso mais notório aconteceu em Confresa (Mato Grosso) em 7 de setembro, quando um apoiador de Bolsonaro matou um apoiador de Lula com golpes de faca e machado após uma discussão sobre as eleições.⁴⁰

A turbulência persistiu após a vitória de Lula em novembro. Recusando-se a aceitar a derrota, os apoiadores de Bolsonaro iniciaram uma insurreição, com o objetivo de impedir a posse de Lula em 1º de janeiro de 2023. Manifestantes em todo o país bloquearam rodovias e acamparam em frente a instalações militares, exigindo intervenção das Forças Armadas. Um apoiador de Bolsonaro tentou detonar uma bomba no aeroporto de Brasília em 24 de dezembro, com a intenção de criar caos suficiente para justificar uma intervenção militar.⁴¹

Essa mobilização antidemocrática culminou em uma tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro, quando a violência política se espalhou por Brasília. Milhares de apoiadores de Bolsonaro invadiram e vandalizaram a Praça dos Três Poderes, onde estão localizados o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.⁴² Embora não tenha havido assassinatos políticos, processos judiciais subsequentes indicaram que o plano era reinstalar Bolsonaro como presidente e assassinar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.⁴³



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Embora o Brasil seja uma democracia desde 1985, este estudo revela uma persistência da violência como mecanismo sistemático de resolução de conflitos políticos. A principal conclusão é que a violência política letal se normalizou no Brasil, com 1.228 casos nas duas décadas entre 2003 e 2023, ou seja, em média, 61,4 casos por ano, ou 5,1 por mês. Neste relatório, identificaram-se três dimensões que ajudam a explicar estes números.

Primeiro, o ciclo eleitoral impacta os níveis de violência política letal. Os políticos enfrentam mais perigo durante as eleições locais, quando os cargos e recursos municipais estão em disputa, enquanto os ativistas são mais afetados durante as eleições federais, quando o rumo das políticas nacionais em torno dos temas nos quais atuam está em jogo.

Segundo, a violência política letal se intensifica nas fronteiras econômicas. As regiões Norte e Centro-Oeste são zonas de conflitos violentos, particularmente em torno de questões fundiárias. Embora a extração de recursos tenha se expandido rapidamente nessa área, a presença de instituições estatais para mediar conflitos não acompanhou o mesmo ritmo. Terceiro, a orientação política do governo molda os níveis de violência política letal. A descoberta mais marcante desta pesquisa é a diferença notável na violência política letal de acordo com a orientação política dos governos: as taxas de assassinato quase dobraram sob administrações de direita em comparação com as de esquerda. Os períodos mais letais ocorreram quando esses processos se alinharam desfavoravelmente, durante eleições locais em regiões de fronteira sob governos de direita. Por outro lado, os períodos menos letais ocorreram em anos não eleitorais em regiões consolidadas sob governos de esquerda.⁴⁴

O grau de violência política variou também conforme os atores e os temas de engajamento. Para ativistas, o tema de engajamento mais letal foi a terra; para os políticos profissionais foi sua atividade rotineira, as disputas políticas institucionais.

Para os políticos, os estados com intensa competição política local por candidaturas, recursos e oportunidades estatais, notadamente o Rio de Janeiro – onde o crime organizado se infiltrou na política – apresentaram alta concentração de casos. Para os ativistas, a maioria dos casos ocorreu em áreas de disputa econômica, principalmente em regiões de fronteira, locais de extração de recursos naturais e áreas marcadas por conflitos fundiários. A autoridade estatal tem falhado em se impor nas zonas de fronteira econômica, incapaz de deter as atividades ilegais de extrativismo, e nas zonas urbanas controladas pelo crime organizado, especialmente no Rio de Janeiro. São partes do país nas quais a soberania estatal é limitada.



Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro. Em centros urbanos, atores armados exercem controle sobre o território usando a violência.

© Bloomberg via Getty Images

Duas outras características da violência política letal são preocupantes. Primeiro, os assassinatos políticos foram, em maior parte, executados publicamente, sem aparente temor de consequências legais. Segundo, a letalidade política é tipicamente profissional, e não passional, o que sugere a existência de um mercado de serviços de assassinato político. Isto é, atores políticos podem considerar o assassinato como uma opção de custo e risco relativamente baixo para eliminação de adversários. A competição política fica assim prejudicada, e potenciais novos políticos e ativistas podem estar sendo dissuadidos de entrar na política por medo.

Esta pesquisa não levantou dados demográficos suficientes para construir perfis detalhados de perpetradores e vítimas. Mas permite indicar a prevalência de atores políticos do sexo masculino entre as vítimas. Como a atividade política é conduzida principalmente por homens, são eles os mais expostos à violência política letal. Paradoxalmente, a exclusão institucional baseada em gênero funciona como uma forma de proteção para as mulheres em relação a esse tipo específico de violência, por meio da redução da exposição.

Além disso, a filiação institucional não oferece qualquer benefício de proteção. Políticos que atuam dentro de instituições, sob o escrutínio da mídia e com acesso a recursos legais, são tipicamente assassinados em taxas mais elevadas do que ativistas. Estar dentro do sistema político não torna alguém mais seguro; na verdade, pode torná-lo um alvo mais visível. Some-se o fato de que 60,2% dos políticos assassinados estavam sem cargo, indicando que deixar um cargo remove mecanismos de proteção, sem eliminar o risco político.

Por fim, a violência política letal é sistêmica, e não excepcional. Os assassinatos políticos não se restringem a regiões específicas, tipos particulares de vítimas ou incidentes isolados. Ocorrem em todo o país (todos os 26 estados e o Distrito Federal registraram casos), afetam políticos e ativistas e ocorrem de forma contínua. Sua abrangência indica uma violência sistêmica enraizada nos processos políticos, a qual não pode ser descartada como uma aberração; deve ser reconhecida como uma característica significativa da vida política brasileira. Os mecanismos institucionais democráticos não estão funcionando para canalizar todas as disputas políticas.

Esses resultados de pesquisa revelam uma normalização da letalidade política no Brasil. No entanto, isso não é exclusivo do contexto brasileiro. Estudos realizados no México e na África do Sul, abrangendo praticamente o mesmo período analisado aqui, também documentaram números elevados.

Considerando apenas políticos, um estudo mexicano examinou 500 assassinatos políticos entre 2000 e 2021.⁴⁵ Uma pesquisa sul-africana que analisou políticos e ativistas registrou 488 assassinatos políticos entre 2000 e 2023, um número muito menor do que no Brasil, mas em um país com uma população também inferior.⁴⁶ Por essa razão, reconhecer padrões e mecanismos da violência política letal é essencial não apenas para a compreensão da democracia brasileira, mas também para o desenvolvimento de respostas eficazes em outros países.

Política, proteção e regulamentação

Com base nos achados apresentados, propõem-se a seguir algumas intervenções em políticas públicas e medidas legislativas de combate à violência política letal no Brasil. Em primeiro lugar, o monitoramento sistemático é necessário para catalogar ocorrências, identificar riscos emergentes e manter a atenção pública sobre o tema:

- Banco de Dados de Violência Política Letal como recurso federal permanente, baseado na coleta automatizada de dados sobre casos de violência política letal em diferentes fontes (imprensa, registros policiais e processos judiciais);
- Observatório de Violência Política Letal, um site público interativo baseado no Global Assassination Monitor, da GI-TOC, com uma API aberta para acesso governamental e de pesquisadores.⁴⁷ O site contará com um banco de dados de casos pesquisável, mapas interativos, visualizações temporais, perfis de vítimas e análises dos tipos de conflito;
- Indicador de Risco de Violência Política Letal, com objetivo de mapear características demográficas e indicadores de escalada de conflitos, que permitam aquilatar quais contextos têm alto risco de desencadear episódios de violência política letal;
- Índice Anual de Violência Política Letal de estados e municípios, com relatórios de acesso público.

Em segundo lugar, são necessários programas de proteção para atores políticos em situações de alto risco. Os resultados aqui apresentados mostram como sujeitos a maior risco:

- Ativistas que atuam em zonas de conflito fundiário;
- Candidatos e ocupantes de cargos políticos nos estados e municípios com maior taxa de violência política letal;
- Líderes de movimentos e políticos que recebem ameaças de morte.

Em terceiro lugar, as iniciativas legislativas podem aproveitar as lições aprendidas com outros tipos de crimes que exigem atenção especial e reverter medidas que alimentam a violência política letal. Estas podem incluir o seguinte:

- Tipificar o assassinato político como um crime federal específico, com penas agravadas. Atualmente, os assassinatos políticos são processados como homicídios comuns, o que dificulta sua identificação nas estatísticas judiciais. O Brasil tem utilizado com sucesso essa abordagem para outros crimes que exigem atenção especial (feminicídio, racismo, tortura). Isso pode ser feito com medidas específicas, como legislação federal que defina o assassinato político como uma categoria criminal distinta, com definição legal e punição específicas.
- Regular o acesso a armas de fogo e responsabilizar os detentores de armas ilegais, revertendo decretos executivos que facilitam a aquisição de armas por civis e introduzindo legislação mais restritiva para licenças de porte de armas.



NOTAS

- 1 Arthur Guimarães e Paulo Renato Soares, Imagens de câmera mostram Marielle Franco deixando evento antes do crime e outro carro saindo atrás logo depois, G1, 16 de março de 2018, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/imagens-de-camera-de-seguranca-mostram-marielle-franco-saindo-de-evento-antes-do-crime.ghtml>.
- 2 CNN Brasil, Caso Marielle completa 7 anos nesta sexta-feira; relembre, 14 de março de 2025, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/caso-marielle-completa-7-anos-nesta-sexta-feira-relembre/>.
- 3 Angela Alonso e Heloisa Espada (eds), Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1889–1964, Instituto Moreira Salles, 2018.
- 4 O número de ameaças de morte identificadas foi significativamente menor do que o número de tentativas de assassinato e assassinatos consumados. Essa constatação leva a duas considerações principais. Primeiro, as ameaças podem não ser tornadas públicas pelas vítimas, seja para evitar maior exposição ou porque não acreditam que medidas de proteção eficazes serão implementadas. Segundo, pode haver um fenômeno de ação direta, no qual nenhum aviso prévio do ataque é dado: a decisão de eliminar a vítima é tomada, e o crime torna-se mais viável e eficaz justamente quando a vítima não tem consciência do perigo que corre.
- 5 O número de casos varia dependendo da disponibilidade de informações. Apesar dos nossos esforços, algumas variáveis carecem de informações para certos casos, visto que as notícias eram breves ou incompletas. A imprensa fornece informações desiguais sobre diferentes aspectos dos incidentes, portanto, algumas variáveis apresentam mais dados faltantes do que outras. Pretendemos preencher essas lacunas em breve.
A próxima fase desta pesquisa consiste em examinar os registros das audiências judiciais.
- 6 Felipe Borba e outros, Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020, *Revista Brasileira de ciências sociais*, 37, 108 (2022); Mariana Carvalho Barbosa, *Political Assassinations in Criminal Politics in Brazil*, tese de doutorado, Universidade da Califórnia, San Diego, 2022.
- 7 Veja G1, <https://g1.globo.com/>, O Globo, <https://oglobo.globo.com/>.
- 8 Utilizamos a média do número de eleitores registrados nas seguintes eleições: 2004 (121 milhões de eleitores), 2006 (126 milhões), 2008 (129 milhões), 2010 (136 milhões), 2012 (139 milhões), 2014 (143 milhões), 2016 (144 milhões), 2018 (147 milhões), 2020 (148 milhões) e 2022 (156 milhões).
- 9 Os dados desta seção mostram apenas os assassinatos de políticos e ativistas ao longo de duas décadas (controlados pelo tamanho do eleitorado estadual).
- 10 Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, *Yanomami under attack: Illegal mining on Yanomami Indigenous land and proposals to combat it*, 2022, <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-under-attack-illegal-mining-yanomami-indigenous-land-and-proposals>.
- 11 Ver Governo do Brasil, Panorama do Censo 2022, <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>.
- 12 Vinícius Lisboa, Armas de fogo de propriedade privada dobram para 3 milhões no Brasil entre 2018 e 2022, Agência Brasil, 15 de fevereiro de 2023, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/noticia/2023-02/number-private-weapons-doubles-and-reaches-almost-3-million-brazil>.
- 13 Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence*, Cambridge University Press, 2013.
- 14 Sobre o conflito político em relação à violência durante os três primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores, veja Angela Alonso. *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*, Companhia das Letras, 2023.
- 15 Instituto Sou da Paz; Instituto Igarapé, julho de 2022.
- 16 Charles Tilly. *The Politics of Collective Violence*, Cambridge University Press, 2003. De acordo com Tilly, especialistas em violência são indivíduos ou grupos cuja função principal ou especialização envolve o uso ou aplicação de força física e danos, geralmente em troca de oportunidades e/ou recursos: "A noção abrange agentes estatais (como policiais, soldados e guardas) e atores não estatais (como bandidos, marginais e tropas)".
- 17 Juan Albarracín, *Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries, Crime, Law and Social Change*, 69,

- 4 (novembro de 2017), pp. 553–575, <https://www.semanticscholar.org/paper/Criminalized-electoral-politica-em-Albarrac-urbano-brasileiro%C3%ADn/e7d03531c2e7e58f116e675b6740f3a7cf40c646>.
- 18 A atividade política, tanto institucional quanto não institucional, acarreta níveis de risco desproporcionais, dependendo do estado e do perfil dos atores. Os locais mais perigosos para políticos são Alagoas, Acre e Rio de Janeiro. Para ativistas, Roraima, Mato Grosso do Sul e Pará, estados em regiões de fronteira onde há conflitos fundiários e disputas por recursos naturais.
 - 19 Sempre que os candidatos concorriam à reeleição ou já haviam sido eleitos anteriormente, eram classificados como eleitos, e não como candidatos. Por outro lado, quando as notícias relatavam “pré-candidatos”, esses casos eram classificados como “candidatos”.
 - 20 Iram Jácome Rodrigues, Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: Para onde foram os sindicatos?, *Caderno CRH*, 28, 75 (2015), <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20064>.
 - 21 Veja Elza Fira, Municípios brasileiros vão eleger mais de 56 mil vereadores em outubro, Confederação Nacional de Municípios, 3 de julho 2012, <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/municipios-brasileiros-vaio-eleger-mais-de-56-mil-vereadores-em-outubro>.
 - 22 Felipe Borba et al, Violência política e eleitoral nas Eleições Municipais de 2020, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37, 108, (2022), <https://www.scielo.br/rbcsoc/a/tjmdXJJjJssjXZxWHvNsfx/?format=html&lang=pt>.
 - 23 ONU Mulheres, Brasil ocupa a 133a posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres, 15 de abril de 2024, <http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>.
 - 24 Agência do Senado, Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020, 16 de novembro de 2020, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>.
 - 25 Não havia dados disponíveis para os casos restantes.
 - 26 Rumbidzai Matamba e Chwayita Thobela, *The politics of murder. Criminal governance and targeted killings in South Africa*, Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC), maio de 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/the-politics-of-murder-criminal-governance-and-targeted-killings-in-south-africa>.
 - 27 Apesar do maior número de casos envolvendo políticos, seus conflitos foram mais difíceis de identificar, com ausência de dados em um terço dos casos. É possível que outro indivíduo relevante, porém desconhecido, tenha cometido violência política letal contra eles.
 - 28 Essa distinção evita atribuir ao governo de Rousseff eventos ocorridos durante o governo de Temer, uma decisão metodológica fundamental devido ao alto índice de violência do período de transição. Outra decisão metodológica foi comparar as taxas por ano, que é a única comparação significativa quando o Partido dos Trabalhadores governou por 13 anos e quatro meses do período analisado, enquanto a direita esteve no poder por metade desse tempo – seis anos e sete meses.
 - 29 BBC, Brasil: Julgamento por corrupção do “Mensalão” é concluído. 17 de dezembro de 2012, <https://www.bbc.com/news/world-latin-América-20764518>.
 - 30 Angela Alonso, *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*, Companhia das Letras, 2023.
 - 31 Sobre a definição de ‘ciclo de protesto’ ou ‘ciclo de confronto’, veja Sidney Tarrow. *Power in Movement* 4ª ed.), Cambridge University Press, 2022. Sobre manifestações, ver Angela Alonso, A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer, *Novos estudos*, 49 (2017).
 - 32 Dom Phillips, *Brazil’s expresident Lula sentenced to nearly 10 years in prison for corruption*, *The Guardian*, 12 de julho de 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/12/brazil-Presidente-Lula-condenado-por-corrupção>.
 - 33 Ricardo Brito, Supremo Tribunal Federal confirma decisão de anular condenações de Lula, Reuters, 16 de abril de 2021, <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-supreme-court-confirma-decisão-anulação-lula-condenações-2021-04-15/>.
 - 34 Para uma análise sobre o processo político conflituoso desde o primeiro mandato de Lula até a eleição de Bolsonaro, veja Angela Alonso. La reacción patriota en Brasil, *Población y sociedad*, 28, 2 (2021).
 - 35 Angela Alonso, A comunidade moral bolsonarista, em Sérgio Abranches et al, *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, Companhia das Letras, 2019.
 - 36 France 24, *Bolsonaro praises accused torturer and symbol of Brazil’s dictatorship as ‘national hero’*, 12 de agosto de 2019, <https://www.france24.com/en/20190812-brazil-bolsonaro-praises-torturer-carlos-alberto-brilhante-ustra-national-hero-ditadura>.
 - 37 Vinícius Lisboa, Armas de fogo de propriedade privada dobram para 3 milhões no Brasil entre 2018 e 2022, Agência Brasil, 15 de fevereiro de 2023, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/noticia/2023-02/number-private-weapons-doubles-and-reaches-almost-3-million-brazil>.
 - 38 Jack Nicas, *Inside the Amazon journey that left a journalist and an activist dead*, *The New York Times*, 11 July 2022, <https://www.nytimes.com/interactive/2022/07/11/world/americas/amazon-murder-dom-phillips-bruno-pereira.html>.
 - 39 Os assassinatos foram rapidamente solucionados devido à pressão internacional, com os perpetradores condenados em 2023, mas os mandantes continuam foragidos.
 - 40 The Guardian, *Bolsonaro fan stabs Lula supporter as Brazil election turns deadly*, 10 de setembro de 2022, <https://www.theguardian.com/world/2022/sep/09/bolsonaro-fan-stabs-lula-supporter-as-brazil-election-turns-deadly>.

- 41 Andre Romani e Gabriel Stargardter, *Bolsonaro's call to arms inspired foiled Brazil bomb plot, police are told*, Reuters, 26 de dezembro 2022, <https://www.reuters.com/world/americas/bolsonaros-call-arms-inspired-foiled-brazil-bombplot-police-are-told-2022-12-26/>.
- 42 Rob Picheta, *The violent attack on Brazil's government was months in the making. Here's what you need to know*, CNN, 9 de janeiro de 2023, <https://edition.cnn.com/2023/01/09/americas/brazil-congress-attack-explained-intl>.
- 43 Tom Phillips e Tiago Rogero, *Operation World Cup: the murder plot at the heart of Brazil's trial of the century*, *The Guardian*, 12 de setembro de 2025, <https://www.theguardian.com/world/2025/sep/12/operation-world-cup-the-plot-at-the-heart-of-brazils-jair-bolsonaro-trial-of-the-century>.
- 44 Governos de direita criaram o contexto mais amplo para a expansão de conflitos letais, por meio de três mecanismos sobrepostos: expansão da posse de armas por civis e da disponibilidade de armas de fogo; diminuição da capacidade institucional ou
- Ações para proteger atores políticos; e a disseminação de uma retórica que legitima a violência política.
- 45 Roxana Gutierrez-Romero e Nayely Iturbe, *Causes and electoral consequences of political assassinations: The role of organized crime in Mexico*. *Political Geography*, 115 (novembro de 2024).
- 46 Rumbidzai Matamba e Chwayita Thobela, *The politics of murder. Criminal governance and targeted killings in South Africa*, GI-TOC, maio de 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/the-politics-of-murder-criminal-governance-and-targeted-killings-in-south-africa>.
- 47 Consulte o Global Assassination Monitor do GI-TOC, <https://assassination.globalinitiative.net/monitor>.



**GLOBAL
INITIATIVE**
AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME

SOBRE A GLOBAL INITIATIVE

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime é uma rede global com mais de 700 especialistas em todo o mundo. A Global Initiative oferece uma plataforma para promover um debate mais amplo e abordagens inovadoras como elementos fundamentais para uma estratégia global inclusiva contra o crime organizado.

www.globalinitiative.net